

A PRÁTICA FEMINISTA E O CONCEITO DE GÊNERO

LEILA MEZAN ALGRANTI

Departamento de História
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO

**ADRIANA PISCITELLI
ANA MARIA GOLDANI**

textos Didáticos

nº 48 – Novembro de 2002

TEXTOS DIDÁTICOS
IFCH/UNICAMP
SETOR DE PUBLICAÇÕES

ISSN: 1676-7055

Diretor: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo
Diretor Associado: Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral:

Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli

Coordenação da Revista Idéias:

Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Coordenação da Coleção Idéias:

Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari

Coordenação das Coleções Seriadas:

Prof. Dr. Lucas Angioni

Coordenação da Coleção Trajetória:

Prof. Dr. Armando Boito Jr.

Coordenação de Publicações Avulsas:

Profª Dra. Maria Suely Kofes

Representantes dos Departamentos:

Profª Dra. Suely Kofes – DA, Prof. Dr.

Armando Boito Jr. – DCP, Prof. Dr.

Lucas Angioni – DF, Prof. Dr. Pedro

Paulo A. Funari – DH e Prof. Dr. Marcelo

Ridenti – DS

Representantes dos funcionários do setor:

Marilza A. Silva, Magali Mendes e

Sebastião Rovaris

Representante discente: Mário Augusto

Medeiros da Silva (graduação)

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Magali Mendes e Vera Lúcia Toledo.

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcilio Cesar de Carvalho, José Carlos Diana.

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

TEXTOS DIDÁTICOS
IFCH/UNICAMP
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Caixa Postal: 6110

CEP: 13083-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 3788.1604 / 3788.1603 - Fax: (019) 3788. 1589

morewa@unicamp.br

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

SUMÁRIO

Apresentação	5
<i>Leila Mezan Algranti</i>	
Re-criando a (categoria) mulher?	7
<i>Adriana Piscitelli</i>	
Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades	43
<i>Ana Maria Goldani</i>	

Apresentação

*Leila Mezan Algranti**

No início de 1998, as pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da UNICAMP receberam com entusiasmo a proposta para participarem de um convênio internacional, apoiado pela CAPES e pela ICCTI. O projeto tinha como objetivo a realização de estudos comparativos sobre *Família, Mulher e Gênero no Brasil e em Portugal*, junto à equipe de professoras do Mestrado sobre Estudos da Mulher, da Universidade Aberta de Lisboa.

O convênio se desenvolveu ao longo de três anos, proporcionando um intenso intercâmbio de idéias, novas amizades, missões de trabalho e pesquisa dos dois lados do Atlântico, que resultaram em artigos de temáticas variadas, de acordo com os projetos individuais de cada pesquisadora. Esse material será publicado em breve nos anais do colóquio *Desafios da Comparação*, realizado em fevereiro de 2002 em Lisboa, e reúne os trabalhos das equipes portuguesa e brasileira.

Desde o início do projeto, contudo, havia um profundo interesse em partilharmos com os alunos nossas experiências e reflexões sobre os movimentos feministas e sobre a construção e utilização da categoria de gênero. Foi assim que surgiu a idéia de produzirmos textos que pudessem servir de apoio às discussões em sala de aula.

A prática feminista e o conceito de gênero contém dois textos instigantes e de caráter distintos: um ensaio que apresenta ao leitor o debate sobre o conceito de gênero e sua trajetória na teoria social nos últimos trinta anos; uma proposta de utilização da categoria gênero em pesquisas

* Depto de História do IFCH/Núcleo de Estudos de Gênero PAGU (UNICAMP). Coordenadora do Projeto no Brasil.

de políticas públicas para se investigar desigualdades sociais e de gênero. Embora à primeira vista os títulos dos textos possam sugerir que a coletânea transita da teoria à prática, na verdade ambas as autoras nos levam a refletir sobre a íntima relação existente entre os movimentos feministas e o desenvolvimento do conceito de gênero. Ou seja, giram em torno do eixo indissolúvel entre a prática feminista e a reflexão sobre a opressão feminina e sua superação.

Em “Re-criando a (categoria) mulher?” Adriana Piscitelli avalia o pensamento feminista e deixa claro como o conceito gênero se desenvolveu no interior desse debate, enfatizando seu impacto, contradições e superações nas teorias sociais. Atenta às várias tendências e momentos, chama a atenção para os descompassos e tensões entre ativismo e formulações teóricas.

Ana Maria Goldani, partindo da constatação das permanências na discriminação de gênero no trabalho e sua interdependência com as desigualdades de gênero na esfera da família, nos oferece uma proposta de elaboração de indicadores que possam captar e avaliar essas desigualdades nas pesquisas que visam subsídios para a formulação de políticas sociais. Dessa forma, sugere meios para que se possa reduzir as desigualdades de gênero no trabalho e na família.

Os textos aqui publicados foram escritos por pesquisadoras que participaram do convênio Brasil- Portugal, às quais gostaria de agradecer o empenho para que essa publicação se realizasse. Aproveito a oportunidade para estender meus agradecimentos aos demais membros das equipes portuguesa e brasileira – Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Beatriz Rocha Trindade, Anne Cova, Angela Domingues, Natália Ramos, Guita Debert, e Suely Kofes – cuja permanente presença, participação nas discussões e apoio, permitiram o pleno desenvolvimento do projeto.

Campinas, outubro de 2002.

Re-criando a (categoria) mulher?

Adriana Piscitelli*

Introdução

Instigante e desafiador, conceito de gênero vem disseminando-se rapidamente a partir da década de 1980. Parte significativa da atração exercida por esse conceito reside no convite que ele oferece para um novo olhar sobre a realidade, situando as distinções entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social. Através da utilização desse conceito, algumas autoras, inclusive, consideraram possível desestabilizar as tradições de pensamento.¹ Para além de ter ou não respondido a essa expectativa, o conceito de gênero tem se difundido notavelmente na teoria social – suas marcas são evidentes na produção de reconhecidos autores tais como Anthony Giddens ou Arjun Appadurai.

Entre as/os acadêmicos/as que dialogam com as discussões feministas, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo, uma vez que foi considerado um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria “mulher”. Essa categoria passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/”mulher” parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados. Mas, no marco

* Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/UNICAMP.

¹ SCOTT, Joan Wallach: *Gender and the Politics of History*, New York, Columbia University Press, 1988.

das discussões das acadêmicas feministas percebe-se, nos últimos anos, uma nova ênfase na utilização da categoria “mulher”. Evidente em alguns Encontros sobre gênero no Brasil, esse retorno é discutido na produção internacional, inclusive naquela difundida nas principais publicações feministas do País. Num número recente da *Revista de Estudos Feministas*, Linda Nicholson alude abertamente à importância da utilização dessa categoria, confrontando-a com idéias embutidas no conceito de gênero. Nos termos dessa autora, não se trata exatamente de um “retorno”, uma vez que as novas formulações não estariam contaminadas pelo “fundacionalismo biológico” – termo que explico adiante – que perpassaria os usos anteriores da categoria mulher e do conceito de gênero².

Neste texto, que tem um caráter puramente didático, faço alguns comentários sobre a re-criação da categoria “mulher” nas discussões contemporâneas. Mas, considerando que esse vaivém está perpassado por tensões que só podem ser compreendidas levando em conta a íntima relação entre as discussões feministas e o desenvolvimento do conceito de gênero, proponho, antes de nada, um breve percurso pelo pensamento feminista desenvolvido a partir de finais da década de 1960, prestando atenção aos seus pressupostos e aos principais conceitos por ele desenvolvidos. Em seguida, mostro como o conceito de gênero foi criado no marco desses pressupostos. Realizo, depois, alguns comentários sobre os conteúdos que esse conceito adquire nas teorias contemporâneas e as tensões que ele provoca em termos da prática política feminista. Finalmente, considero a maneira como a categoria “mulher” é re-introduzida no âmbito desse debate.

Por que mulher?

O conceito de gênero foi elaborado em um momento específico da história das teorias sociais sobre a “diferença sexual”. Mas, se essa elaboração seguiu caminhos existentes na teoria social, operando, inclusive,

² NICHOLSON, Linda: “Interpretando o gênero”. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 8, n°2/2000, pp. 9-43.

com vários de seus pressupostos, é importante perceber que o conceito de gênero, desenvolvido no seio do pensamento feminista, foi inovador em diversos sentidos. Perceber o alcance dessa inovação exige prestar atenção às formulações desse pensamento.

No século XIX, a idéia de “direitos iguais à cidadania”, pressupondo igualdade entre os sexos, impulsionou uma mobilização feminista importante, no Continente Europeu, na América do Norte e em outros países. Entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres conseguiram, em vários lugares, romper com algumas das expressões mais agudas de sua desigualdade em termos formais ou legais, particularmente no que se refere ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação. Essa história é bastante conhecida, mas o que me interessa reter dela é que dentro desse movimento era formulada uma pergunta, decorrente da idéia de “direitos iguais”, que será central no pensamento feminista, após a década de 1960. Se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?

O pensamento feminista, como expressão de idéias que resultam da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas do movimento feminista, está longe de constituir um todo unificado. No entanto, apesar das importantes diferenças presentes nas diversas vertentes desse pensamento, as abordagens desenvolvidas após finais da década de 1960 compartilham algumas idéias centrais. Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos. A subordinação feminina é pensada como algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo que se estude. No entanto, ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas partes e em todos os períodos históricos conhecidos.

As diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação. Elas sustentam, ao contrário, que essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a idéia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. Por

esse motivo, o pensamento feminista colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais destas desigualdades. As feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo – as mulheres – e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. Ao mesmo tempo procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação.

É interessante prestar atenção às correntes do pensamento feminista que se desenvolveram nos Estados Unidos e na Inglaterra, a partir de finais da década de 1960. Elas apresentam diferenças na percepção das origens e causas da opressão e, também, nos mecanismos considerados apropriados para livrar-se dela. Mas, mostram, também – e sem pretender homogeneizá-las – que compartilham vários pressupostos

Entre essas correntes, algumas vertentes do feminismo socialista têm uma postura particularmente clara no que se refere às causas originais da opressão das mulheres. Seguindo a argumentação de Engels no livro *As origens da família, a propriedade privada e o estado*³), orientam-se pela idéia de que a divisão de trabalho baseada no sexo implicou desigualdade ou opressão sexual apenas no momento em que surgiram as classes sociais baseadas na propriedade privada. As formas da opressão sexual, tais como as formas de parentesco e a família, teriam uma base material na estrutura de classes. A opressão das mulheres, assim como a exploração de classe, poderiam ser superadas através da instauração de uma forma de organização social mais desenvolvida, numa sociedade sem classes, por exemplo, no socialismo. Para esse estilo de pensamento feminista, portanto, a reprodução é opressiva na sociedade de classes. Quer dizer, o problema não é a reprodução, mas o surgimento das classes sociais baseadas na propriedade privada.

Outras vertentes do feminismo socialista criticam estas premissas, mostrando que as hierarquias de gênero persistiram nos países socialistas nos quais teve lugar a transformação na organização social que supostamente libertaria as mulheres. Baseando-se nessas experiências,

³ ENGELS, Friederich: *The Origins of the family, private property and the state*. International Publishers, Nova York, 1972 (1891)

essas correntes mostram que considerar o sexo como 'contradição secundária' e 'a produção como força motriz principal da mudança social' não é suficiente para promover as mudanças necessárias. As causas originais da opressão feminina são colocadas, portanto, na associação capitalismo/patriarcado, considerando produção e reprodução como igualmente determinantes.

O feminismo radical entende de maneira diferente as causas da opressão das mulheres. Shulamith Firestone, uma das principais pensadoras desta corrente, afirma no livro *A dialética do sexo*⁴ que as origens da subordinação feminina estão visivelmente localizadas no processo reprodutivo. Segundo essa autora, os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie são fatores fundamentais de onde derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres. As diferenças entre os papéis sociais e econômicos de homens e mulheres, o poder político e a psicologia coletiva são resultado da maneira como se reproduzem os seres humanos. De acordo com Firestone, o papel das mulheres no processo reprodutivo – uma vez que são os únicos seres humanos capazes de engravidar e amamentar e dado que os bebês humanos têm um período extraordinariamente prolongado de dependência física – as torna prisioneiras da biologia, forçando-as a depender dos homens.

O feminismo radical considera que para liberar as mulheres é necessário derrotar o patriarcado. Isso só seria possível se as mulheres adquirissem o controle sobre a reprodução. Na verdade, para Firestone, a meta do movimento feminista deveria ser não apenas a eliminação do privilégio do homem, mas a eliminação da própria distinção sexual. E isto seria possível transformando o mecanismo da reprodução – a reprodução da espécie deveria ser substituída pela reprodução artificial. Dessa maneira, segundo a autora, as diferenças genitais não teriam mais significado cultural.

Nessas explicações sobre as causas da opressão feminina, a reprodução adquire um lugar importante: as funções reprodutivas femininas aparecem no cerne da produção da desigualdade sexual. Chamo a atenção para esse ponto porque ele mostra que, nessas linhas de pensamento,

⁴ FIRESTONE, Shulamith: *A dialética do sexo*. Labor, Rio de Janeiro, 1976.

a “condição” compartilhada pelas mulheres – e da qual se deriva a identidade entre elas – está ancorada na biologia e na opressão por parte de uma cultura masculina. O corpo aparece, assim, como o centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade. Desenvolvendo a análise dessa condição, essas correntes de pensamento trabalham recorrentemente com uma série de categorias e conceitos fundamentais, particularmente, mulher, opressão e patriarcado. Esses aspectos, centrais no pensamento feminista pós 1960, são importantes para compreender o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero.

Identidade, opressão, patriarcado

A categoria “mulher” tem raízes na idéia do feminismo radical segundo a qual, para além de questões de classe e raça, as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres – pela sua *womanhood*.⁵ Essa idéia foi útil, em termos políticos, para desenvolver o próprio conceito de feminismo, diferenciando-o, no contexto específico das discussões que tinham lugar nos Estados Unidos e na Inglaterra, do “pensamento de esquerda”. O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na idéia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Dessa maneira, a “identidade” entre as mulheres tornava-se primária.

Mas, qual é a base para essa identidade entre mulheres? Nessa linha de pensamento, a categoria “mulher” é pensada como incluindo traços biológicos e, também, aspectos socialmente construídos. Em termos gerais, as feministas radicais sublinharam a conexão entre mulheres através do tempo e das culturas, considerando que o corpo feminino era uma pré-condição necessária para a permanência da opressão patriarcal.⁶

⁵Estou seguindo aqui basicamente a GRANT, Judith: *Fundamental Feminism. Contesting the Core Concepts of Feminist Theory*. Routledge, New York, 1993.

⁶Os conceitos fundamentais da teoria feminista deste período devem ser entendidos pensando que a visão hegemônica na teoria feminista era a da perspectiva

E, se a ênfase concedida aos aspectos biológicos colocava o feminismo num terreno potencialmente essencialista, o desenvolvimento do conceito de opressão incidiu num alargamento dos significados do político.

Compreender esse alargamento exige levar em conta o contexto no qual se desenvolviam essas discussões. Essas feministas contestavam concepções presentes no pensamento de esquerda influenciado pelo marxismo, para as quais a política é um discurso racional que define a exploração de acordo com critérios determinados objetivamente: a classe, por exemplo, é uma condição de exploração e opressão objetiva. Considerou-se que esse tipo de definição resultava pouco apropriada para o feminismo, na medida em que as mulheres estão presentes em grupos que, nesses termos, poderiam ser definidos como “oprimidos” e “opressores” – seguindo esses critérios objetivos, mulheres tais como as brancas de classe média não seriam consideradas “oprimidas”. As feministas afirmaram que todas as mulheres sofriam opressão. Essa afirmação era justificada definindo de maneira diferente a opressão. Segundo elas, antes que nada, era necessário prestar atenção às experiências femininas: a opressão incluiria tudo o que as mulheres “experenciassem” como opressivo. Dessa maneira, as feministas radicais afirmaram a validade das teorias subjetivas da opressão contra as “objetivas”.

As questões que o movimento de liberação das mulheres definiam como políticas não podiam, muitas vezes, ser enquadradas nas instituições tradicionalmente coercitivas tais como o capitalismo ou o Estado. Isto é interessante porque, ao definir o político de tal maneira que acomodasse as novas concepções de opressão, toda atividade que perpetuasse a dominação masculina passou a ser considerada como política. Nesse sentido, a política passava a envolver qualquer relação de poder, independentemente de estar ou não relacionada com a esfera pública.

Considerando que as mulheres eram oprimidas enquanto mulheres e que suas experiências eram prova de sua opressão, se chegou à conclusão de que a opressão feminina devia ser mapeada no espaço em que as mulheres a viviam, isto é, nas suas vidas cotidianas. A conhecida idéia “o

das mulheres brancas de classe média. A categoria “mulher” era implicitamente associada a “mulher branca”, o que será contestado seriamente mais tarde.

“pessoal é político” foi implementada para mapear um sistema de dominação que operava no nível da relação mais íntima de cada homem com cada mulher. Esses relacionamentos eram considerados, sobretudo, políticos, na medida em que político é essencialmente definido como poder.

Essa redefinição do político tem uma importância enorme. Em termos de prática política, as feministas procuraram desvendar a multiplicidade de relações de poder presentes em todos os aspectos da vida social e isto as levou a tentar agir nas mais diversas esferas. Em termos teóricos, elas trabalharam com uma idéia global e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva na qual cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política. As instituições patriarcais seriam aquelas desenvolvidas no contexto da dominação masculina. Como a dominação masculina estaria presente através do tempo e das culturas, poucas instituições poderiam escapar ao patriarcado. Tomando como ponto de partida a idéia de que os homens universalmente oprimem as mulheres, o pensamento feminista procurou explicar a forma adquirida pelo patriarcado em casos específicos.

Essa perspectiva de análise dava como estabelecido que as mulheres compartilhavam uma realidade diferente da dos homens. As feministas radicais argumentaram que a dominação masculina excluía as mulheres da história, da política, da teoria, e das explicações prevalentes da realidade. Esses argumentos tiveram conseqüências na produção científica. As teóricas feministas passaram a revisar as produções disciplinares perguntando-se como seriam diferentes se elas – história, antropologia, ciência política, etc. – tivessem considerado relevante considerar o 'ponto de vista feminino'. As formas tradicionais de explicação das diversas disciplinas foram perscrutadas na procura de conceitos apropriados para dar conta da opressão feminina e da realidade das mulheres. Nesse caminho, os conceitos existentes foram confrontados e alguns adquiriram novos conteúdos.

A efervescência acadêmica provocada pelos interesses feministas deu lugar à crescente acumulação de um corpo de dados sobre “a situação da mulher”. Assim, se constituíram e consolidaram os estudos da mulher nas mais diversas disciplinas – a antropologia da mulher, a história das mulheres. Esses estudos confrontaram aspectos dessas disciplinas. Mas,

a acumulação de informação sobre a diversidade de experiências femininas e a sofisticação crescente das perspectivas acadêmicas orientadas pelo feminismo conduziram, também, ao caminho oposto, isto é, à contestação de vários dos conceitos e categorias com os quais o pensamento feminista estava operando. E um dos primeiros alvos desses questionamentos foi a utilização do patriarcado como categoria de análise.

O conceito de patriarcado, útil do ponto de vista da mobilização política, colocou sérios problemas no que se refere à apreensão da historicidade da condição feminina. O conceito foi importante na medida em que distinguia forças específicas na manutenção do sexismo e útil, em termos da tentativa feminista de mostrar que a subordinação feminina, longe de ser inevitável, era a naturalização de um fenômeno contingente e histórico, era que se o patriarcado teve um início poderia ter um fim. O pensamento feminista procurou no patriarcado a idéia de uma origem, de um tempo anterior, quando teria começado a história da opressão das mulheres – a organização social contemporânea atualizaria a ordem existente nas sociedades arcaicas, na qual a dominação era exercida por homens. O problema é que a utilização desse termo fora do seu contexto obscurecia a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação.

O conceito de patriarcado foi estendendo-se no discurso político e na reflexão acadêmica, sem que fossem trabalhados aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e seu desenvolvimento histórico. Com o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como uma essência. Assim, o conceito colocou problemas delicados em termos metodológicos, ao referir-se a um sistema político quase místico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres. Embora esse conceito não tenha sido inteiramente abandonado, hoje resulta fácil critica-lo, por sua generalidade – universalizando uma forma de dominação masculina situada no tempo e no espaço –, por ser considerado um conceito trans-histórico e trans-geográfico⁷ e, ainda, porque esse

⁷ Ver: HEINEN, Jacqueline: "Patriarcat", in HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (coord): *Dictionnaire critique*

conceito é essencializante, na medida em que ancora a análise da dominação na diferença física entre homens e mulheres, considerada como aspecto universal e invariável.⁸ Mas, é importante compreender que o patriarcado, assim como outras explicações da origem e as causas da subordinação feminina, tinham o objetivo de demonstrar que a subordinação da mulher não é natural e que, portanto, é possível combatê-la.

As hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina foram sendo gradualmente questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão. Esse quadro de efervescência intelectual é o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero.

Mulher “versus “gênero”?

Na atualidade é comum opor os “estudos sobre mulher” aos “estudos de gênero”. Ao mesmo tempo, ainda é freqüente a confusão entre “gênero” e “mulher”. As duas situações são compreensíveis quando se pensa na história do pensamento feminista. Quero dizer que o conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre “mulher” e compartilhando vários dos seus pressupostos. Mas, a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres.

Isto fica claro quando prestamos atenção à publicação do ensaio que marcou o pensamento feminista ao introduzir o conceito de gênero no debate sobre as causas da opressão da mulher. Embora o termo gênero já fosse utilizado, foi a partir da conceitualização de Gayle Rubin que este

du féminisme, Presses Universitaires de France, Paris, 2000, p. 145. Para críticas a esse conceito na produção brasileira ver: SAFFIOTI, Heleieth: “Rearticulando gênero e classe social” e SOUZA LOBO, Elizabeth: “O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho”, in: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina: *Uma questão de gênero*. Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, 1992, pp. 193, 194, 259, 260.

⁸ SCOTT, Joan: *Gender and the politics of history*. Columbia University Press, 1988, p. 34.

começou a difundir-se com uma força inusitada até esse momento.⁹ O ensaio *O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*¹⁰, publicado em 1975, escrito quando sua autora era uma aluna de pós-graduação, se tornou uma referência obrigatória na literatura feminista.

No marco do debate sobre a natureza, gênese e causas da opressão e subordinação social da mulher, Rubin definiu o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas. Perguntando-se sobre as relações sociais que convertem as fêmeas em mulheres – “a passagem de fêmea, como se fosse matéria prima, à mulher domesticada”, a autora elabora o conceito sistema de sexo/gênero – “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” –, localizando essa passagem no trânsito entre natureza e cultura, especificamente, no espaço da sexualidade e da procriação.

A discussão acerca de como operam esses “arranjos” foi desenvolvida através da leitura crítica de diversos autores, particularmente Lévi-Strauss e Freud. Embora questionando aspectos da obra desses autores, Rubin utiliza as ferramentas conceituais que eles oferecem. Sua intenção é utilizá-las para desenvolver, de maneira mais apropriada, a definição do sistema sexo/gênero. Assim, seria possível descrever a parte da vida social que seria o *locus* da opressão da mulheres e das minorias sexuais.

⁹ O termo gênero foi aplicado à diferença sexual pela primeira vez em linhas de pesquisa desenvolvidas por psicólogos estadunidenses. O termo identidade de gênero foi introduzido pelo psicanalista Robert Stoller em 1963, no Congresso Psicanalítico de Estocolmo. Stoller formulava o conceito da seguinte maneira: o sexo estava relacionado com a biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e o gênero com a cultura (psicologia, sociologia). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa “acabada” *gendered*, homem ou mulher. HARAWAY, Donna: “Gender for a marxist dictionary”, in: *Symians Cyborgs and Women*, 1991.

¹⁰ RUBIN, Gayle: “The traffic in Women: Notes on the “Political Economy of Sex” IN: REITER, Rayna: *Toward an Anthropology of Women*. Monthly Review Press, New York, 1975.

Rubin pensa o intercâmbio de mulheres Levistraussiano – um dos princípios fundamentais do parentesco, na teoria desse autor – como conceito que situa e “explica” a opressão das mulheres dentro dos sistemas sociais. “Explica”, no sentido em que, para ela, o “intercâmbio de mulheres” não seria uma definição de cultura, nem um sistema em si mesmo, mas a percepção de certos aspectos das relações sociais de sexo e gênero cujo resultado é a ausência de plenos direitos para as mulheres. Para Rubin, o “intercâmbio de mulheres” seria um “primeiro passo” para a construção de conceitos através dos quais pensar a subordinação das mulheres, na medida em que mostraria essa subordinação como produto das relações por meio das quais sexo e gênero são organizados e produzidos. Isto leva a autora a pensar na necessidade de estudar cada sociedade para determinar os mecanismos através dos quais as convenções da sexualidade se produzem e mantêm.

Na formulação de Rubin, no que se refere à diferença sexual, a cultura se sobrepõe à natureza. Na perspectiva da autora, se a natureza fornece “dados”, esses dados mostrariam que a “diferença” é, sobretudo, cultural. Isso é claramente expressado na seguinte formulação:

Homens e mulheres são, é claro, diferentes. Mas nem tão diferentes como o dia e a noite, a terra e o céu, yin e yang, vida e morte. De fato, desde o ponto de vista da natureza, homens e mulheres estão mais próximos entre si do que com qualquer outra coisa - por exemplo, montanhas, cangurus ou coqueiros. A idéia de que homens e mulheres diferem mais entre si do que em relação a qualquer outra coisa deve vir de algum outro lugar que não [seja] a natureza... longe de ser a expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero é a supressão de similaridades naturais.¹¹

Para Rubin, o parentesco criaria gênero. Seguindo, até certo ponto, os argumentos de Lévi-Strauss¹² no que se refere às pré-condições necessárias para a operação dos sistemas de casamento, ela considera que o

¹¹ RUBIN GAYLE, op. cit. o. 179. Tradução minha.

¹² LÉVI-STRAUSS, Claude: *A Família, origem e evolução*. Editorial Villa Marta, Porto Alegre, 1980.

parentesco instaura a diferença, a oposição, exacerbando, no plano da cultura, as diferenças biológicas entre os sexos. Os sistemas de parentesco, formas empíricas e observáveis de sistemas sexo/gênero, cujas formas específicas variariam através das culturas e historicamente, envolveriam a criação social de dois gêneros dicotômicos, a partir do sexo biológico, uma particular divisão sexual do trabalho, provocando a interdependência entre homens e mulheres, e a regulação social da sexualidade, preservando ou reprimindo arranjos divergentes dos heterossexuais. Desta maneira poderia se dizer que, para a autora, gênero é um imperativo da cultura, que opõe homens e mulheres através do parentesco. Mas, se na formulação de Rubin, gênero é concebido como um imperativo da cultura, que opõe homens e mulheres através de relações instauradas pelo parentesco, ainda se ancora em bases naturais.¹³

A leitura que Rubin faz dos autores com os quais trabalha não a afasta dos pressupostos teórico-metodológicos desses autores. Ao contrário, para “desnaturalizar” a subordinação das mulheres, ela propõe, explicitamente, “imitá-los”, “nos métodos, não nos resultados”.¹⁴ A autora pensa em termos de universais e opera com uma série de dualismos – sexo/gênero, natureza/cultura –, que se tornarão alvo das críticas feministas posteriores. Ao mesmo tempo, o ensaio de Rubin mostra deslocamentos no debate feminista da época. Dois desses deslocamentos são particularmente significativos. O primeiro deles está relacionado com a proposta de pensar nas construções sociais da mulher em termos de sistemas culturais.

Ao formular essa proposta, Rubin insere-se numa linha de autoras que procuram afastar-se de recortes parciais tais como os desenvolvidos pelas feministas que se limitaram a analisar a realidade das mulheres, sem recorrer à totalidade dos sistemas culturais para explicar essas realidades. Na introdução à coletânea na qual Gayle Rubin publicou seu texto, Rayna Reiter explicita essa abordagem da seguinte maneira:

¹³ “... a sex/gender system is the set of arrangements by which a society transforms biological sexuality into products of human activity, and in which these transformed sexual needs are satisfied”. Rubin, op. cit., p. 159.

¹⁴ Ibid. 169.

Necessitamos novos estudos que focalizem mulheres... mas o resultado final desta aproximação será uma nova orientação da antropologia para que ela estude a humanidade. Focalizando primeiro as mulheres, devemos redefinir as questões importantes, reexaminar todas as teorias prévias e ser críticas em nossa aceitação do que constitui o material empírico. Armadas por esta consciência podemos proceder a novas investigações de gênero, na nossa e em outras culturas.

Nessas palavras fica claro que esse foco nas mulheres é pensado como porta de entrada para compreender como operam as categorias através das quais são conformados os sistemas históricos de diferenciação sexual. Precisamente a ênfase na operação do sistema, a insistência na relevância de compreender a “totalidade”, marcam a linha de pensamento no marco do qual foi criado o conceito de gênero

O segundo deslocamento perceptível na elaboração do sistema sexo/gênero está associado à exigência de compreender as realidades empíricas diversas, os contextos específicos nos quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder. Nesse sentido, o conceito de gênero é oferecido, com uma justificativa interessante, como categoria de análise alternativa ao patriarcado. Gayle Rubin afirma a importância de manter uma distinção entre a capacidade e necessidade humanas de criar um mundo sexuado, por um lado e, por outro, as formas empiricamente opressivas através dos quais os mundos sexuados foram organizados. O Patriarcado subsumiria os dois significados num mesmo termo. Os sistemas de parentesco, objeto do trabalho de Rubin, “constituiriam formas empiricamente observáveis de sistemas de sexo e gênero”. E o mais importante em termos da comparação com a categoria patriarcado é que o sistema sexo/gênero seria um termo neutro, na medida em que se referiria a esses mundos sexuados indicando que neles a opressão não é inevitável. A opressão seria o produto de relações sociais específicas.

O trabalho de Gayle Rubin insere-se numa linha de questionamentos à idéia monolítica de opressão feminina universal. As autoras que participaram da coletânea na qual ele foi publicado, *Toward an Anthropology of Women*, assumem a pergunta feminista sobre as causas de

opressão. Mas, elas propõem uma análise crítica e mais complexa sobre a operação do poder entre os sexos, afirmando a necessidade de precisar termos usuais nas discussões feministas, tais como a noção de dominância masculina (*dominance*). Porque, para elas, o que está em questão podem ser coisas de natureza tão diversa como uma estrita divisão sexual do trabalho na qual as atividades masculinas são particularmente valorizadas ou situações nas quais os homens controlam concretamente as mulheres. O que se objeta é que idéias vagas e pouco precisas sobre o que seja dominância masculina não permitem descobrir aspectos básicos sobre as relações entre os sexos. E algo ainda mais grave, essa universalização da dominância masculina resulta pouco apropriada quando se trata dos grupos “primitivos”, com os quais a antropologia trabalhou tradicionalmente, pois não haveria muitos indícios de que esses povos dicotomizem seu mundo em termos de domínios de poder.

O que me interessa reter de tudo isto é que o conceito de gênero começou a ser desenvolvido como uma alternativa ante o trabalho com o patriarcado. Ele foi produto, porém, da mesma inquietação feminista em relação às causas da opressão da mulher. A elaboração desse conceito está associada à percepção da necessidade de associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder. Vemos, assim, que as perspectivas feministas que iniciaram o trabalho com gênero mantêm um interesse fundamental na situação da mulher, embora não limitem suas análises ao estudo das mulheres.

Em termos da teoria social, é inegável que uma longa tradição de pensamento operou com a idéia de diferença sexual como princípio classificatório universal¹⁵ e com a percepção do caráter relativamente cultural

¹⁵ Ver DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel: “De ciertas formas primitivas de clasificación. Contribución al estudio de las representaciones colectivas”. (1903) IN: MAUSS, Marcel: *Institución y Culto. Representaciones colectivas y diversidad de civilizaciones*. Barral Editores, Barcelona, 1971 Nesse ensaio há vários dos elementos que serão relevantes em diversas perspectivas teóricas que trataram da diferença sexual. Refiro-me às idéias da diferenciação sexual como princípio de diferenciação universal; da sexualização dos mundos vividos como produto de classificações associadas às classificações que os homens fazem de si próprios; à

dessa diferença – e penso, concretamente nas abordagens que trabalham com papéis sexuais¹⁶. E, se as primeiras elaborações do conceito de gênero inserem-se nessa tradição, não deixam de distanciar-se dessas abordagens a partir da intensa politização da diferença sexual.¹⁷

hierarquia ordenando essas classificações, a noção de relação entre categorias de elementos classificados, e à idéia de valor aproximando ou separando as idéias. Essas idéias informam a produção de autores e autoras que trabalharam, em diversas perspectivas teóricas, com a idéia de diferença sexual

¹⁶ A teoria dos papéis sociais preocupa-se com os fatores que influenciam o comportamento humano. Nessa perspectiva, os indivíduos ocupam posições na sociedade, e o desempenho de seus papéis nessas posições é determinado por normas e regras sociais, assim como pelo desempenho que outros fazem de seus papéis. À maneira do teatro, esta perspectiva assume que o desempenho dos papéis resulta das prescrições sociais e do comportamento dos outros, e que as variações individuais na atuação se expressam dentro do quadro criado por esses fatores. A idéia de posições ocupadas no desempenho dos papéis faz referência a categorias de pessoas, categorias que são reconhecidas coletivamente. Um dos atributos possíveis que pode operar como base para a definição dessas categorias é a idade, estabelecendo as posições a partir das quais crianças e adultos agem no desempenho de seus papéis. Outro desses atributos pode ser o sexo. Neste caso, homens e mulheres desempenham papéis culturalmente construídos em posições que derivam do seu sexo biológico: os papéis sexuais. BIDDLE, Bruce e THOMAS, E: *Role Theory: Concepts and Research*. John Wiley and Sons. New York, 1966.

¹⁷ Na perspectiva dos papéis, autores como Margareth Mead (ou, entre os sociólogos, Talcott Parsons) apontaram para o caráter de construção cultural da diferença sexual, integrando, de maneiras diversas, a formação da personalidade com a análise da divisão do trabalho concebida, sobretudo, em termos de papéis sexuais. O problema é que, em função das perspectivas teóricas com as que trabalhavam, o campo das relações entre os sexos era estabelecido em torno das idéias de costume e estabilidade social, minimizando a dimensão política das relações entre os sexos. Precisamente, esse é um dos aspectos mais criticados dessa abordagem. Robert Connel sintetiza essas críticas afirmando que não falamos em papéis raciais ou de classe, porque o exercício do poder nessas áreas é mais obvio para os sociólogos. No entanto, quando se trata de papéis sexuais, a dicotomia biológica parece ter convencido os teóricos de que não há relação de poder presente. Os papéis masculinos e os femininos são tacitamente tratados como iguais, diferentes no conteúdo, mas complementares. CONNELL, Robert: *Gender and Power*. Stanford University Press, California, 1987.

Reformulações do conceito de gênero

Em poucos anos a idéia de gênero, pensada sobre a base da diferenciação com o sexo foi difundindo-se com uma rapidez extraordinária. Vou oferecer, como exemplo, uma versão do conceito de gênero corrente no final da década de 1970. Judith Shapiro, uma antropóloga americana escreveu o seguinte:

[Os termos] sexo e gênero são úteis para a análise uma vez que contrastam um conjunto de fatos biológicos com um conjunto de fatos culturais. Sendo escrupulosa em meu uso dos termos, utilizaria o termo “sexo” apenas para falar da diferença biológica entre macho e fêmea, e “gênero” quando me referisse às construções sociais, culturais, psicológicas que se impõem sobre essas diferenças biológicas. Gênero designa um conjunto de categorias às quais outorgamos a mesma etiqueta porque elas têm alguma conexão com diferenças sexuais. Estas categorias, no entanto, são convencionais ou arbitrárias. Elas não são redutíveis e não derivam diretamente de, fatos naturais, biológicos, e variam de uma linguagem a outra, de uma cultura a outra, na maneira em que ordenam experiência e ação.¹⁸

A distinção sexo/gênero, expressa nesta citação, remete a certos pressupostos que constituem os nós do debate sobre o conceito de gênero na beirada dos anos 90. Ela já implica uma postura crítica ao permitir explicar e retirar legitimidade à suposta homologia entre diferenças biológicas e sociais.¹⁹ No entanto, o faz utilizando vários elementos que são hoje seriamente atacados e, entre esses, particularmente, a distinção dual entre natureza e cultura utilizada à maneira de explicação universal.

¹⁸ SHAPIRO, Judith: (1981) “Anthropology and the study of gender” IN: *Soundings, an interdisciplinary journal*. 64, n. 4: 446-65.

¹⁹ Para algumas teóricas, a distinção sexo/gênero já colocava uma ruptura com o ideário modernista uma vez que as diferenças de gênero emergiam dela com características altamente significativas: homens e mulheres, distintos e divididos, já não podiam conformar, indiferenciadamente, a humanidade. Veja-se DI STEFANO, Cristina: “ Dilemas of Difference”, 75-76 citado em Harding, 1992, p. 183.

As posturas das autoras que discutem atualmente o conceito de gênero são extremamente variadas. Elas oscilam entre realizar uma crítica a várias das idéias associadas à distinção sexo/gênero, procurando saídas sem abandonar, porém, princípios associados à noção de gênero, ou, ao contrário, procurar categorias alternativas uma vez que pensam o gênero como par inseparável numa distinção binária. Este movimento de re-elaboração teórica que questiona o conceito de gênero está, por sua vez, associado a uma re-elaboração, muitas vezes conflitiva, dos pressupostos teóricos e políticos feministas.

A produção feminista recente que trata desta discussão é imensa e impossível de abarcar neste texto. Minha intenção é, apenas, levantar algumas questões que me parecem significativas, centrando-me nos escritos de algumas autoras contemporâneas que trabalham no âmbito de horizontes disciplinares diversos. Ao mesmo tempo, enquanto teóricas feministas, mantêm um diálogo intenso num campo interdisciplinar de conhecimento.

Donna Haraway, bióloga e historiadora da ciência, expressa uma posição particularmente crítica em relação ao conceito de gênero, embora seja ambivalente no que se refere ao seu uso. A autora inscreve-se na linha de pensadoras – basicamente epistemólogas – que realizam uma crítica incisiva à construção do conhecimento “ocidental”. Seus questionamentos, centrados particularmente na noção de “objetividade”, discutem os pressupostos subjacentes à construção desse conhecimento.

No quadro dessa discussão, Haraway aponta um problema central que considera inerente aos conceitos de gênero: os conceitos remeteriam, necessariamente, a uma distinção com o sexo na qual nem o sexo, nem as raízes epistemológicas da lógica de análise implicada na distinção e em cada membro deste par, seriam historicizados e relativizados.

Segundo a autora, na insistência no caráter de construção social do gênero, o sexo e a natureza não foram historicizadas e, com isso, ficaram intactas idéias perigosas relacionadas com identidades essenciais tais como “mulheres” ou “homens”. Desta maneira, assumindo a distinção sexo/gênero o poder de desconstruir como os corpos, sexualizados e racializados, aparecem como objetos de conhecimento e espaços de intervenção

na biologia estaria perdido. Além disto, Haraway considera que a categoria de gênero obscurece ou subordina todas as outras – raça, classe, nacionalidade – “outras”, que emergem nitidamente das 'políticas da diferença'. O problema reside no gênero como identidade global (e central).

Para a autora, a categoria de gênero adquiriria poder explicativo e político se historicizasse outras categorias – sexo, carne/*flesh*, corpo, biologia, raça e natureza –, de tal maneira que a oposição binária e universalizante, elaborada em algum momento e lugar na teoria feminista, explodisse em teorias da corporificação/*embodiment*, articuladas, diferenciadas, localizadas e nas quais a natureza não fosse mais imaginada e atuada/*enacted* como um recurso/*resource* para a cultura, ou como o sexo para o gênero.

É importante chamar a atenção para o fato de que essas críticas mostram deslocamentos nos referenciais teóricos que as distanciam dos pressupostos presentes nas primeiras formulações do conceito de gênero. Esses deslocamentos coincidem, também, com intensas reivindicações relativas à diferença internas ao movimento, formuladas por mulheres negras, do “Terceiro Mundo” e lésbicas. As autoras que se engajaram nas críticas aos pressupostos presentes na distinção sexo/gênero, entre as que se contam teóricas que elaboraram re-formulações do conceito de gênero, revelam a influência de referenciais teóricos fortemente influenciados pelo podemos chamar de aproximações desconstrutivistas.²⁰

²⁰ Da maneira como é utilizado por Derrida, o termo desconstrução refere-se especificamente ao processo de desvendar as metáforas de maneira que seja possível revelar sua verdadeira lógica, que costuma consistir em oposições binárias simples. Embora não desenvolvendo “estritamente” a metodologia de Derrida, muitas das autoras envolvidas nos debates contemporâneos de gênero consideram que trabalham numa abordagem “desconstrutivista” uma vez que olham criticamente para os supostos sustentados pelas diversas disciplinas, examinando e “desmontando” seus modos de discurso. Esta acepção de “desconstrução” é, entretanto, criticada por feministas que só admitem sua utilização em sentido “estrito”. Para algumas dessas críticas, vide STRATHERN Marilyn: “Between a Melanesianist and a feminist”, *Reproducing the future, Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies*. Routledge, New York, 1992, pp. 69-71.

Algumas dessas autoras reconhecem sua dívida com o pós-estruturalismo, outras preferem considerar-se alinhadas ao pensamento pós-moderno. Essas denominações, utilizadas nas discussões feministas, muitas vezes, como se fossem intercambiáveis, apresentam uma série de problemas²¹, mas, para além de confusões terminológicas, as autoras engajadas em abordagens desconstrutivistas compartilham certos posicionamentos, particularmente, uma série de questionamentos feitos aos modelos teóricos totalizantes: contestam a validade dos modelos que buscam analisar e explicar as transformações históricas pressupondo, por exemplo, a continuidade de certas estruturas e/ou instituições; questionam, também, as abordagens que formulam uma compreensão da diferença tendo como referência um Outro exógeno, externo, procedimento que mantém o princípio de uma unidade e coerência cultural interna; trabalham com uma noção pulverizada de poder, com a idéia de dissolução do sujeito universal autoconsciente²²; valorizam a linguagem e o discurso como práticas relacionais que produzem e constituem as instituições e os próprios homens enquanto sujeitos históricos e culturais e compreendem, enfim, a produção de saber e significação como ato de poder.

Esse estilo de pensamento é evidente em reformulações das conceitualizações de gênero desenvolvidas no marco de diferentes abordagens disciplinares – e a idéia de gênero como categoria de análise

²¹ Há várias discussões sobre os problemas apresentados por esse tipo de denominações. Eleni Varikas explicita as objeções a esses rótulos, muitas vezes utilizados como intercambiáveis, particularmente no debate feminista desenvolvido nos Estados Unidos, assinalando que o que nessa discussão é conhecido, criticado e debatido como pós-estruturalismo francês é o produto de uma apropriação seletiva e de uma re-elaboração, em certos círculos universitários americanos, do pensamento de uma série de intelectuais franceses, ignorando tensões sérias entre as obras dos diversos pensadores que dificilmente seriam assim agrupados na França e que provavelmente rejeitariam essa designação. Varikas também discute as incongruências da utilização do termo (pós)modernismo, que, ao mesmo tempo que propõe a crítica de uma temporalidade linear não consegue deixar de ter afinidades com essa mesma visão linear do tempo. VARIKAS, Eleni: *Féminisme, Modernité, Postmodernisme. Observations pour un dialogue des deux côtés de l'océan*, mimeo, 1993.

²² Seguindo a BESSA, Karla, *Pós-modernismo*. Mimeo, IFCH, 1995.

que possibilite compreender a construção (inteiramente) social da diferença sexual de Joan Scott é um exemplo.²³ Parece-me importante deter-nos em alguma dessas re-elaborações.

As formulações da filósofa Judith Butler, autora que vem ganhando popularidade entre as/os jovens pesquisadores/as no Brasil, são interessantes na medida em que, mostrando esses deslocamentos, permitem perceber a distância em relação às primeiras formulações do conceito de gênero, elaboradas tentando explicar a subordinação universal da mulher. Butler discute a distinção sexo/gênero questionando suas raízes epistemológicas. Desenvolvendo uma discussão crítica sobre os modos de operação das relações binárias – gênero/sexo; homens/mulheres, sujeito/outro – a autora confronta as conceitualizações que pensam as identidades como fixas. Esclareço que não pretendo discutir aqui os méritos (e problemas) do trabalho dessa autora. Apenas introduzir algumas de suas idéias, de maneira que possam operar como referência para compreender os deslocamentos teóricos aos que me referi acima.

Para Butler, a distinção sexo/gênero assume pressupostos que devem ser discutidos. A autora considera necessário refletir, de maneira crítica, sobre os meios através dos quais sexo e gênero passaram a ser considerados como “dados”. Com esse objetivo, ela propõe uma pesquisa genealógica que, ao mostrar como foi construída a dualidade sexual, como diversos discursos científicos produziram essa dualidade discursivamente, desafia o caráter imutável do sexo. Nesse procedimento, o sexo aparece como culturalmente construído. Por esse motivo, Butler considera que o gênero não deveria ser pensado como simples inscrição cultural de significado sobre um sexo que é considerado como “dado”. Gênero deveria designar o aparelho de produção, o meio discursivo/cultural através do qual a natureza sexuada, ou o sexo “natural” são produzidos e estabelecidos como pré-discursivos²⁴.

Segundo a autora, é necessário reformular “gênero”, de maneira que possa conter as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-

²³ SCOTT, Joan, op. cit.

²⁴ Butler, Judith: *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, New York, 1990: 6-7.

discursivo. Gênero seria a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados dentro de um marco regulador altamente rígido, que se congela no tempo produzindo a aparência de uma substância, de uma espécie de ser natural. Uma genealogia política bem sucedida de ontologias de gênero desconstruiria a aparência substantiva do gênero em seus atos constitutivos e localizaria e descreveria esses atos dentro dos marcos compulsivos estabelecidos por forças diversas que “vigiam” a aparência social do gênero.

E, seguindo um dos *insights* mais interessantes de Rubin, Butler afirma que a produção disciplinar do gênero produz estabilizações falsas para os interesses da construção heterossexual e a regulação da sexualidade dentro do domínio reprodutivo. As descontinuidades de gênero que têm lugar nos múltiplos contextos nos quais o gênero não deriva do sexo e o desejo e a sexualidade não seguem o gênero, são ocultadas por construções de gênero sempre coerentes. Gênero seria a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados dentro de um marco regulador altamente rígido, que se congela no tempo, produzindo a aparência de uma substância, de uma espécie de ser natural. Atos e gestos produziram o efeito de uma substância. Mas, esses atos e gestos seriam “performáticos”, no sentido em que a essência ou identidade que supostamente expressam são construções manufaturadas e sustentadas através de signos corporais e de outros meios. Na perspectiva de Butler, gênero poderia ser considerado como um “ato” intencional e, ao mesmo tempo, “performático”, no sentido de construção dramática e contingente de significado.²⁵

A autora parte do reconhecimento de que gênero se intersecta com diversas modalidades de identidades constituídas discursivamente -raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc.- motivo que torna impossível separar “gênero” das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado. Afirma, também, que o gênero não se constitui de modo coerente ou consistente em diversos contextos históricos. A análise de Butler centra-se basicamente nesse último aspecto mostrando, de modo brilhante, através de exemplos de diferentes momentos de “culturas ocidentais” como as incoerências possibilitam perceber a fluidez do gênero.

²⁵ Butler, op. cit., 134-139.

As perspectivas de várias das autoras que participam nas discussões atuais sobre gênero, entre as quais é possível inserir a produção de Butler, embora diferenciadas, coincidem na radicalização dos esforços por eliminar qualquer naturalização na conceitualização da diferença sexual, pensando gênero de maneira “não identitária”. Isto é, rejeitando os pressupostos universalistas presentes na distinção sexo/gênero, convergem na tentativa de analisar criticamente os procedimentos através dos quais gênero é concebido como fixando identidades, e de formular conceitualizações que permitam descrever as múltiplas configurações de poder existentes em contextos históricos e culturais específicos.²⁶ Essas abordagens contrapõem a idéia de fluidez à (relativa) fixidez do gênero ancorado em bases biológicas presente nas primeiras formulações de gênero; a noção de múltiplas configurações nas quais o poder opera de maneira “difusa” à idéia de dominação/subordinação universal das mulheres; a intersecção entre múltiplas diferenças e desigualdades ao privilégio da diferença sexual entendida como diferença entre homem e mulher.

A difusão desses referenciais teóricos que convergem na tentativa de compreender a relação entre sistemas de dominação e produção de diferenças contribuíram na abertura de linhas pesquisa e reflexão sobre gênero não centradas nas mulheres. Refiro-me concretamente à vasta produção dos estudos sobre masculinidade e, também, aos estudos *queer* (termo freqüentemente traduzido no Brasil como estudos de gays e lésbicas) para os quais a obra de Judith Butler é altamente inspiradora.²⁷ No âmbito das discussões feministas, porém, as formulações desconstrutivistas, têm provocado reações negativas. Essas reações, que convergem em

²⁶ Embora esta seja terminologia específica de Judith Butler, diversas autoras contemporâneas coincidem nos esforços acima apontados. Vide, por exemplo, STRATHERN, Marilyn, 1988 *The Gender of the Gift*. University of California Press, 1988 ; Haraway, Donna, *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. Routledge, New York, 1991.

²⁷ Nesse sentido, é sugestivo perceber que em diversas livrarias estadunidenses os estudos de masculinidade ocupam as prateleiras dos *gender studies*, enquanto estudos focalizando mulheres desenvolvidos, às vezes, no marco dos mesmos referenciais que certos estudos de masculinidade, são colocados no espaço destinado aos *women's studies*, que abriga livros feministas.

assinalar a incompatibilidade entre essas abordagens e a prática política feminista – “gênero sem mulheres?” –, mostram questionamentos à “despolitização” da pesquisa acadêmica e um acirramento nas tensões entre produção teórica e mobilização política. É importante prestar atenção a esses argumentos pois eles possibilitam a compreensão do contexto no qual algumas autoras propõem uma nova utilização da categoria “mulher”.

“Desconstrutivismo” e feminismo

No marco de pensamento feminista, os questionamentos melhor fundamentados às abordagens pós-modernas apontam para as incongruências presentes, no terreno filosófico, entre essas abordagens e o projeto feminista, considerado, enquanto crítica e projeto de sociedade, como inexoravelmente ancorado na tradição da “modernidade”. Varikas sintetiza essas críticas mostrando que as noções e os pressupostos em torno dos quais se desenvolveu o feminismo referem-se implícita ou explicitamente a uma filosofia “moderna” da história, centrada na idéia de emancipação como resultado de uma marcha progressiva do progresso ou da razão.

Nesse sentido, haveria uma incongruência entre os pressupostos nos quais se ancoram as formulações contemporâneas de gênero e aqueles que orientam o feminismo. Vale lembrar que esses últimos incluem a percepção da realidade como uma estrutura que a razão aperfeiçoada tem condições de descobrir através da pesquisa científica; a noção de um sujeito racional e unificado capaz de agir de maneira consciente e coerente para a sua própria liberação; a conceitualização homogeneizante, até etnocêntrica, da categoria mulheres, na qual há uma tendência a minimizar ou apagar a diversidade; a visão de uma temporalidade linear e, finalmente, a pretensão a um ponto de vista crítico que englobe o conjunto das relações sociais injustas.²⁸

²⁸ VARIKAS, op. cit., p. 2. Nesta linha de argumentação vide também SORJ, Bila: “O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade” in: COSTA e BRUSCHINI: *Uma questão de gênero*. Fundação Carlos Chagas/Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1992; TARDUCCI, Mónica: “Posmodernismo o posfemi-

Esse tipo de crítica, porém, não deixa de considerar a potencial riqueza que alguns aspectos das perspectivas criticadas apresentam, permitindo interrogar pressupostos implícitos da reflexão feminista, frequentemente não problematizados e atacados no seio do próprio movimento, tais como a impossibilidade de uma “universalidade” elaborada ou definida a partir de um único ponto de vista. Nesse sentido, os escritos das “mulheres de cor” ou “do Terceiro Mundo” têm recebido particular atenção²⁹, considerando que eles podem possibilitar a superação dos problemas epistemológicos que dominaram os pressupostos teóricos feministas.³⁰

Os questionamentos às perspectivas desconstrutivistas elaborados pelas feministas voltadas para o ativismo mostram que, entre elas, essas perspectivas ocupam um lugar no mínimo ambíguo, quando não abertamente negativo. Entre os argumentos com que essas perspectivas são

nismo? Una reflexión desde la antropología. In: TARDUCCI, Mónica: *La producción oculta, III Congreso Argentino de Antropología Social. Mesa de Trabajo: Antropología y Mujer*. Buenos Aires, Editorial Contrapunto, 1990.

²⁹ Vide VARIKAS, op. cit., HARAWAY, op. cit. e DE LAURETIS Theresa: “Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness” *Feminist Studies*, 16, 1, 1990.

³⁰ É interessante perceber que as “mulheres de cor” ou “do Terceiro Mundo” também formulam sérias críticas às contradições colocadas pelas discussões pós-modernas. No entanto, essas críticas centram-se, sobretudo, no lugar que essas discussões estão ocupando na economia política da construção e difusão do conhecimento. “Mulheres de cor” e/ou “mulheres do Terceiro Mundo” afirmam que essas perspectivas, apesar de chamarem a atenção para as experiências das “diferenças”, tendem a apropriar-se delas através de mecanismos, mais uma vez, excludentes. bell hooks, por exemplo, questiona não tanto o “sentido” do pós-modernismo mas a linguagem cifrada em que ele se expressa: codificada em termos dos interesses de uma audiência que alija as vozes das pessoas negras, deslocadas, marginalizadas. Intelectuais do “Terceiro Mundo” assinalam que esses debates marginalizam, mais uma vez, o conhecimento das feministas “nativas”, sufocando outro tipo de aproximação. hooks, bell: “Postmodern Blackness” *Yearning, race, gender and cultural politics*. South End Press, 1990, pp. 24-26; OKEKE, Philomina: “Postmodern Feminism and the Political Economy of Cross-Cultural Scholarship in Sub-Saharan Africa”. Conference Paper: *Praxis Nexus: Feminist Methodology, Theory, Community*, janeiro 1996. University of Victoria, Victoria, B.C.

atacadas, afirma-se que sua radical procura de desessencialização desestabiliza o “conceito/categoria” mulher(es), considerado como ponto de partida necessário para a teoria e política feministas.³¹

Linda Alcoff explica com clareza o dilema que as perspectivas desconstrutivistas colocam para o feminismo. A teoria feminista – entendida como a reavaliação da teoria e a prática social desde o ponto de vista das mulheres –, assim como a política feminista – voltada para a transformação da experiência vivida das mulheres na cultura contemporânea –, perfeitamente coerentes com uma perspectiva que pensa na cultura como construída sobre a base da supremacia masculina e o controle das mulheres (o patriarcado), têm suas raízes num conceito –mulher– que agora parece ser preciso desessencializar em todos os aspectos. Mas a desconstrução – que pode desconstruir *ad infinitum* –, ao não oferecer alternativas “positivas”, dificultaria acionar um movimento. Além de dissolver o sujeito político “mulheres”, as perspectivas desconstrutivistas também são acusadas de restabelecerem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político.³²

Entre os textos que tratam da relação contemporânea entre teoria e prática feminista, uma discussão publicada na Revista *Signs* é particularmente significativa. Trata-se de um debate, organizado por Heidi Hartmann em 1994, que explicita o desgosto com que muitas feministas olham para essas abordagens.³³ Todas as participantes nessa discussão

³¹ ALCOFF, Linda: “Cultural Feminism versus post-structuralism: the identity crisis in feminist theory”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 1988, vol. 13, n. 3, pp.414-415.

³² Vide MIES, Maria: “Liberating Women, Liberating Knowledge: Reflections on Two Decades of Feminist Research Action”. No especial de *Atlantis. A women's Studies Journal Revue d'études sur les femmes- Connecting Practices Doing Theory*, Volume 21.1, 1996, pp 10-25. Entretanto, é necessário sublinhar que alguns dos textos publicados neste volume, centrados na prática com mulheres do “Terceiro Mundo” localizadas no “Primeiro”, por exemplo, migrantes no Canadá, consideram as perspectivas “pós” fundamentais para desenvolver esse tipo de prática. Vide particularmente, LEE, Jo-Anne: *Power, praxis, positioning and subjectivities*, pp.142-153.

³³ HARTMANN, Heide, BRAVO, Ellen, BUCH, Charlotte, HARTSOCK, Nancy, SPALTER-ROTH, Roberta, WILLIAMS, Linda e BLANCO, Maria: “Bringing To-

estão vinculadas a diversas organizações destinadas a “promover” as mulheres nacional e internacionalmente. Várias dessas feministas afirmam que, no passado, foram teóricas e ativistas, mas, no presente, sentem-se apenas ativistas. Na atualidade, dizem, as perspectivas teóricas lhes resultam “pouco úteis”, inacessíveis, esotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia.³⁴

No debate surge o consenso de que as perspectivas desconstrutivistas, que têm monopolizado o discurso teórico feminista apagando as vozes de outras correntes, sublinham exageradamente as diferenças, reagindo ainda aos primeiros momentos do feminismo. As participantes na discussão teriam interesse numa teoria [feminista] que informasse as práticas feministas, que fosse “útil”, colaborando para gerar e sustentar movimentos de mulheres, desenvolvendo, por exemplo, perspectivas que oferecessem meios para reconhecer essas diferenças e, ao mesmo tempo, formar uma nova base para a solidariedade entre as mulheres.

A questão não seria procurar uma única visão ou voz, mas perguntar-se quais são os pontos em comum entre as mulheres. Nesse sentido, o “feminismo global”, pensado como a difusão do feminismo no mundo todo, constituiria um espaço privilegiado para desenvolver tipos de teorias que essas feministas, orientadas para o ativismo, sentem que precisam. Isto é, teorias “aproveitáveis”, a curto prazo, para traçar caminhos compatíveis com um projeto feminista ao mesmo tempo universalista e capaz de reconhecer as diferenças. O interesse em não apagar a diversidade de vozes leva a essas feministas – que criticam as perspectivas “pós” por sua exacerbada ênfase nas diferenças –, a reconhecer a “utilidade” de uma série de trabalhos informados por essas perspectivas. E os trabalhos positivamente considerados são reflexões centradas nas diferenças: a produção que discute a intersecção gênero/raça – uma vez que, embora desen-

gether Feminist Theory and Practice: a Collective Interview”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 1996, vol. 21, n. 4 pp.917-951.

³⁴ Paralisadoras no sentido em que, na leitura que elas fazem dessas perspectivas, “nada pode ser nomeado, porque tudo se desloca [shifts]” e “torna-se impossível dizer nós”, HARTMANN, Heide, BRAVO, Ellen, BUCH, Charlotte, HARTSOCK, Nancy, SPALTER-ROTH, Roberta, WILLIAMS, Linda e BLANCO, Maria op. cit.

volvendo argumentos teóricos, tende a responder perguntas concretas – e os trabalhos sobre multiculturalismo.³⁵ Essas críticas reconhecem, também, que essas perspectivas teóricas, quando operam com um foco internacional, enfatizam a compreensão da diferença evitando a construção do outro como um “exótico”.

Essas discussões, portanto, não estão apenas marcadas por leituras negativas das perspectivas desconstrutivistas. Nelas há, também, ambivalências em relação a essas abordagens uma vez que elas possibilitam por em destaque as diferenças. Essas ambivalências fazem sentido quando se pensa que, se o projeto feminista está ancorado na tradição da “modernidade”, ele também está marcado por uma inerente tensão entre universal e particular. As críticas às abordagens desconstrutivistas evidenciam, também, confusões no que se refere ao significado de “fazer teoria”. Nesse marco de ambivalências e confusões, algumas autoras “abandonam” gênero, propondo uma nova utilização da categoria “mulher”. Vejamos quais são as particularidades dessa re-criação.

Gênero versus “mulher”?

A idéia de mulher agora proposta é apresentada como distante das elaborações do feminismo radical da década de 1970, isto é, como longe de qualquer tipo de essencialismo. Linda Nicholson marca as distâncias entre essa nova conceitualização e o “fundacionalismo biológico” – a idéia de diferença entre uma base biológica fixa e uma superestrutura relativamente flexível, à maneira das primeiras formulações do conceito de gênero. A autora chama a atenção para a importância de não confundir fundacionalismo biológico e determinismo biológico. Esse último postula

³⁵ Esses últimos são avaliados positivamente com um argumento sugestivo: neste caso as teorias seriam “mais avançadas” que a prática; elas outorgariam mais atenção ao assunto do que ele recebe no “mundo real”. A teoria, neste caso, seria “boa”, pois criaria um conjunto de “valores úteis” que serviriam de parâmetro para as pessoas e porque teria tido, como resultado, o aumento de atenção para essa questão.

uma relação direta entre biologia, aspectos da personalidade e comportamento, na qual a biologia determina personalidade e comportamento. Segundo Nicholson, no fundacionalismo biológico os dados da biologia coexistem com os aspectos da personalidade e o comportamento, mas as relações entre eles são acidentais.³⁶ Assim, a “identidade sexual” não é entendida em termos puramente fisiológicos. Mas, para a autora, o fundacionalismo realiza um desafio incompleto ao entendimento da identidade sexual postulado pelo determinismo biológico, pois manteve a idéia de que há alguns dados fisiológicos que são usados de forma semelhante em todas as culturas para distinguir mulheres de homens, e são responsáveis, pelo menos parcialmente, por certos aspectos comuns nas normas de personalidade e comportamento.³⁷

O fundacionalismo biológico é percebido como um verdadeiro obstáculo à compreensão de diferenças entre mulheres e, também, de diferenças em relação a quem pode ser considerado homem e mulher em contextos específicos. Nos termos de Nicholson, ao enfatizar a “identidade sexual”, essa maneira de pensar na construção da diferença sexual permite o reconhecimento de diferenças entre mulheres. Mas, o faz de maneira limitada e problemática, conduzindo mais à coexistência entre diferenças do que a intersecção entre gênero, raça, classe, etc.

Bem, e como é essa nova formulação de “mulher”? Nos termos de Nicholson, trata-se de uma idéia de mulher que, atenta à historicidade, não tem um sentido definido. Isto é, seu sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas. Algumas dessas características exerceriam um papel dominante dentro dessa rede por longos períodos de tempo, em certos contextos – o que não quer dizer que possam ser universalizadas.³⁸ Nessa proposta, não se trata de pensar em “mulheres como tais”, ou “mulheres nas sociedades patriarcais”, mas em “mulheres em contextos específicos”.

³⁶ NICHOLSON, Linda, *op. cit.*, p. 13.

³⁷ NICHOLSON, *op. cit.*, p. 22.

³⁸ NICHOLSON, *op. cit.*, p. 37.

Após acompanhar o percurso das conceitualizações de gênero, essa reformulação da categoria “mulher” resulta intrigante. Afinal, não é, precisamente, o esforço realizado a partir das elaborações e reformulações de gênero o que possibilita pensar seriamente como a idéia de “mulher” é concebida em contextos específicos? Que sentido tem, então, re-criar a categoria mulher? Trata-se de um retorno a um recorte parcial da realidade? Ou estamos frente a uma nova formulação com maior alcance explicativo que as conceitualizações de gênero? Qual seria esse alcance explicativo?

Parece-me que essas últimas pergunta não estão em questão. A discussão, aqui, não está situada (exclusivamente) no plano do conhecimento. O sentido da re-criação da categoria mulher é, sobretudo, político. Segundo Nicholson, a categoria mulher nos termos por ela propostos ofereceria uma dupla vantagem. Possibilitaria o reconhecimento de diferenças entre mulheres, mas, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabilizaria a prática política – que, de acordo com a autora, não exige um sentido definido para o termo mulher. É claro que se trata de políticas de coalizão – de políticas compostas por listas de reivindicações relativas às diferentes necessidades dos grupos que constituem, temporariamente, a coalizão.

O conteúdo político dessa categoria é sublinhado de maneira mais explícita por Cláudia de Lima Costa, uma das autoras que propõem sua utilização no contexto do Brasil. Costa resgata abertamente as contribuições do pós-estruturalismo para a teoria feminista – e, de maneira significativa, essas contribuições são assinaladas a partir dos ganhos trazidos pelo conceito de gênero. Segundo a autora, trata-se da negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher. Trata-se, também, da possibilidade de teorizar com mais destreza as complexas e fluidas relações e tecnologias de poder.³⁹ Mas, paradoxalmente no que se refere à construção de conhecimento, a insistência na re-criação da categoria mulher, abandona a utilização do gênero. Destaco esse aspecto, porque, em termos políticos, a proposição faz todo o sentido. Costa pede um retorno à noção de mulher,

³⁹ COSTA, Claudia de Lima: “O tráfico do gênero”, in: *Cadernos PAGU*, 11, 1998, p. 134.

considerando-a, explicitamente, como categoria política – em vez do conceito de gênero cujos usos perversos o tem, às vezes, transformado em masculinidade.⁴⁰ De fato, e isso é claramente expressado nos escritos de Chantal Mouffe, a re-elaboração da categoria mulher é um esforço de compatibilizar as críticas ao essencialismo em suas diversas formas – humanismo, universalismo, racionalismo –, com a formulação de um projeto político feminista, mostrando como essa compatibilização não é incongruente.⁴¹

Nos termos de Chantal Mouffe, tratar-se-ia de repensar, também, a política feminista. Esta deveria ser vista não como uma forma diferenciada de política destinada a perseguir os interesses das mulheres como mulheres, mas destinada a transformar os discursos, práticas e relações sociais nas quais a categoria “mulher” é construída numa maneira que implica subordinação. E, segundo a autora, isso significa que esses objetivos podem ser construídos de maneiras diferentes, mediante muitos e diversos feminismos.⁴²

Concluindo

Talvez um dos aspectos mais sugestivos do percurso realizado seja ter mostrado os descompassos e tensões, entre ativismo e formulações teóricas. E faço essa separação propositalmente porque creio que, sem negar o aspecto político de qualquer teorização, é importante perceber que se trata de atividades diferenciadas. Refiro-me a descompassos pensando que as “políticas de coalizão” já eram implementadas vinte anos atrás, quando a teorização se centrava numa idéia essencialista e identitária de mulher e numa concepção monolítica de opressão e não em referenciais pós-estruturalistas. Isto é algo óbvio para as que participaram

⁴⁰ COSTA, op. cit., p. 138.

⁴¹ MOUFFE Chantal: “Feminism, Citizenship, and Radical Democratic Politics”. In BUTLER, Judith e SCOTT, Joan ed: *Feminists Theorize the Political*. Routledge, 1992, p.382. Agradeço a Claudia de Lima Costa ter chamado minha atenção sobre esse texto.

⁴² MOUFFE, op. cit., p. 382.

do movimento feminista e lembram o delicado trabalho realizado para lidar com as diferenças no “cotidiano” do movimento e, ao mesmo tempo, a articulação dessas diferenças em torno de objetivos. Terá sido, então, o ativismo mais “avançado” que a teoria? Nesse sentido parece-me válida a observação de Marilyn Strathern quando afirma que a política radical não deixa de apresentar aspectos conservadores, na medida em que é obrigada a operacionalizar conceitos ou categorias já compreendidos.⁴³

Outro dos aspectos iluminados pelo percurso realizado é o caráter da relação entre teoria social e interesses feministas. Nessa imbricação, nessa mútua alimentação, foi desenvolvido e reformulado o conceito de gênero. Além de ter oferecido ferramentas substantivas para um dos objetivos centrais do pensamento feminista (desessencializar a subordinação da mulher), esse desenvolvimento e reformulação tiveram efeitos significativos na teoria social. Penso concretamente na reelaboração de questões centrais na ciência política, na sociologia e na antropologia, tais como as relações entre público e privado, produção/reprodução, o estatuto das teorias de parentesco e sobre o significado do poder. Precisamente, no marco dessa imbricação entre interesses feministas e teoria social, gênero, ao não encaixar-se plenamente em certos critérios de “utilidade” política parece ser abandonado pelo pensamento feminista. Resta descobrir o futuro que ele terá na teoria social.

Bibliografia

ALCOFF, Linda:

“Cultural Feminism versus post-structuralism: the identity crisis in feminist theory”,

Signs: Journal of Women in Culture and Society, 1988, vol. 13, n. 3, pp. 414-415.

BESSA, Karla,

Pós-modernismo.

Mimeo, IFCH, 1995.

⁴³ STRATHERN, The gender of the gift...

- BIDDLE, Bruce e THOMAS, E:
Role Theory: Concepts and Research.
John Wiley and Sons. New York, 1966
- CONNELL, Robert:
Gender and Power.
Stanford University Press, California, 1987.
- COSTA, Claudia de Lima:
“O tráfico do gênero”, in:
Cadernos PAGU, 11, 1998,
- DE LAURETIS Theresa:
“Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness”
Feminist Studies, 16, 1, 1990.
- DI STEFANO, Cristina:
“Dilemmas of Difference”, 75-76, in Harding, Sandra: *Whose Science? Whose knowledge? Thinking from women’s lives*. New York, Cornell University Press, 1992
- DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel:
“De ciertas formas primitivas de clasificación. Contribución al estudio de las representaciones colectivas” (1903) IN: MAUSS, Marcel: *Institución y Culto. Representaciones colectivas y diversidad de civilizaciones*, Barral Editores, Barcelona, 1971
- ENGELS, Friederich:
The Origins of the family, private property and the state.
International Publishers, Nova York, 1972 (1891).
- FIRESTONE, Shulamith:
A dialética do sexo.
Labor, Rio de Janeiro, 1976
- GRANT, Judith:
Fundamental Feminism. Contesting the Core Concepts of Feminist Theory.
Routledge, New York, 1993.
- HARAWAY, Donna:
Simians, cyborgs, and women. The reinvention of nature.
Routledge, New York, 1991.
- HARTMANN, Heide; BRAVO, Ellen, BUCH, Charlotte, HARTSOCK, Nancy, SPALTER-ROTH, Roberta, WILLIAMS, Linda e BLANCO, Maria:

- “Bringing Together Feminist Theory and Practice: a Collective Interview”.
Signs: Journal of Women in Culture and Society, 1996, vol. 21, n. 4
- HEINEN, Jacqueline:
“Patriarcat”, in HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (coord): *Dictionnaire critique du féminisme*, Presses Universitaires de France, Paris, 2000.
- HOOKS, Bell:
“Postmodern Blackness”
Yearning, race, gender and cultural politics.
South End Press, 1990, pp. 24-26.
- LEE, Jo-Anne:
Power, praxis, positioning and subjectivities, Atlantis. A women’s Studies Journal Revue d’études sur les femmes- Connecting Practices Doing Theory,
Volume 21.1, 1996, pp. 142-153.
- LÉVI-STRAUSS, Claude:
A Família, origem e evolução.
Editorial Villa Marta, Porto Alegre, 1980
- MIES, Maria:
“Liberating Women, Liberating Knowledge: Reflections on Two Decades of Feminist Research Action”.
Atlantis. A women’s Studies Journal Revue d’études sur les femmes- Connecting Practices Doing Theory,
Volume 21.1, 1996, pp 10-25.
- MOUFFE, Chantal:
“Feminism, Citizenship, and Radical Democratic Politics”.
In BUTLER, Judith e SCOTT, Joan ed: *Feminists Theorize the Political*. Routledge, 1992
- NICHOLSON, Linda:
“Interpretando o gênero”.
Revista de Estudos Feministas, vol. 8, n°2/2000, pp. 9-43.
- OKEKE, Philomina:
“Postmodern Feminism and the Political Economy of Cross-Cultural Scholarship in Sub-Saharan Africa”.
Conference Paper: *Praxis Nexus: Feminist Methodology, Theory, Community*, janeiro 1996.

University of Victoria, Victoria, B.C.

RUBIN, Gayle:

"The traffic in Women: Notes on the "Political Economy of Sex"

in: REITER, Rayna: *Toward an Anthropology of Women*.
Monthly Review Press, New York, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth:

"Rearticulando gênero e classe social" in: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina: *Uma questão de gênero*. Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, 1992.

SCOTT, Joan:

Gender and the politics of history.

Columbia University Press, 1988.

SHAPIRO, Judith:

"Anthropology and the study of gender" in:

Soundings, an interdisciplinary journal. 64, n. 4: 446-65, 1981.

SORJ, Bila:

"O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade"

in: COSTA e BRUSCHINI: *Uma questão de gênero*.

Fundação Carlos Chagas/Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1992;

SOUZA LOBO, Elizabeth:

"O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho", in: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina: *Uma questão de gênero*. Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, 1992.

STRATHERN Marilyn:

The Gender of the Gift.

University of California Press, 1988

"Between a Melanesianist and a feminist", *Reproducing the future, Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies*.

Routledge, New York, 1992.

TARDUCCI, Mónica:

"Posmodernismo o posfeminismo? Una reflexión desde la antropología.

Adriana Piscitelli

In: TARDUCCI, Mónica: *La producción oculta, III Congreso Argentino de Antropología Social. Mesa de Trabajo: Antropología y Mujer.* Buenos Aires, Editorial Contrapunto, 1990.

VARIKAS, Eleni:

Féminisme, Modernité, Postmodernisme. Observations pour un dialogue des deux côtés de l'océan.
mimeo, 1993

Famílias e Gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades

Ana Maria Goldani¹

Sumário

Este trabalho contribui para a discussão de indicadores sobre (des)igualdades de gênero nas famílias brasileiras. Situo a importância destes indicadores e ofereço uma proposta dos mesmos, tomando como referências três eixos: 1) as permanências na discriminação de gênero e a urgência de conciliação entre a vida familiar e a do trabalho; 2) a crescente responsabilidade das famílias pela qualidade de vida de seus membros e o fato de que isto depende, sobretudo, da disponibilidade de tempo das mulheres, e 3) a incorporação da perspectiva de igualdade de gênero nas políticas sociais e a necessidade de instrumentos para análise e avaliação das (des)igualdades de gênero. Conside-

¹ Este trabalho foi elaborado como parte do projeto de intercâmbio do PAGU, Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP e o Programa de Mestrado em Estudo das Mulheres da Universidade Aberta de Lisboa do qual faço parte. Para isto foram fundamentais as discussões e o material que me facilitaram Teresa Joaquim, Dina Canço, Heloísa Perista, Karin Wall e Anne Cova quando de minha estância em Lisboa e a quem muito agradeço. As quatro primeiras pesquisadoras mencionadas participaram da elaboração dos Indicadores para Igualdade em Portugal, no âmbito do projeto de Políticas para a Igualdade da União Européia, e que foi executado pela Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres de Portugal. (CIDM, 1997)

rando que tanto as práticas como as representações individuais constituem dimensões fundamentais para entender e explicar os processos pelos quais as mulheres continuam sendo discriminadas em vários espaços, selecionei as seguintes áreas para captar estas informações e formular os indicadores: a estrutura diferencial da divisão de trabalho de produção e reprodução na família, as formas de divisão do poder e tomadas de decisão pelos membros da família, a Sexualidade e os Comportamentos sexuais, Redes de Apoios sociais e familiares, Violência Domestica, Representações de Casamento, Filhos e família.

I. Introdução

A intencionalidade política de propostas de pesquisa, tanto em termos conceituais como no sentido da criação de novos dados e indicadores, deveria ser o pano de fundo para o debate sobre o uso de uma perspectiva de gênero no campo dos estudos demográficos no Brasil. Até porque, sabe-se que as estatísticas são produtos sociais, ou seja, não são simplesmente recolhidas mas produzidas e como tal refletem a articulação da economia, do poder e da ideologia vigente em um certo momento. Assim, entendemos que projetos de produção de dados anunciados neste início de milênio, do tipo Censo Demográfico 2000, pesquisas domiciliares do tipo PNADs, Padrão de Vida e Condições de Saúde, deveriam ter como preocupação central o conhecimento das dimensões plurais da vida das pessoas, tratando de identificar o melhor possível as igualdades, desigualdades e diferenças. Só assim estas pesquisas logariam traçar um perfil mais fiel da qualidade de vida da população, suas carências e demandas.

Os desafios são muitos, posto que no quadro amplo das mudanças atuais as igualdades e desigualdades mostram facetas variadas nos seus efeitos. Pôr um lado, crescem os modelos de igualdade jurídica para mulheres e homens, suas possibilidades e opções de vida, mas pôr outro as condições sociais e políticas fazem com que as desigualdades persistam e que se confunda diferenças com desigualdades (Canço e Joaquim, 1997).

Assim, não é pôr acaso que a tendência de reforma dos Estados nos anos 90's enveredaram para uma reforma da sociedade reconhecendo o quão limitado é o enquadramento jurídico de uma igualdade formal dos indivíduos face a uma sociedade fundada sobre o princípio da desigualdade. Caso exemplar a respeito destas novas orientações são as chamadas políticas de igualdade de oportunidades para homens e mulheres que ganharam espaço nas discussões mais amplas em busca de um novo modelo de desenvolvimento.

A incorporação generalizada de uma perspectiva de igualdade de gênero na formulação de políticas sociais, responde, também, as pressões internacionais no contexto de um crescente multilateralismo nas relações entre os países. Exemplos disso estão na ONU, que em suas muitas reuniões na década de 90 reforçou a importância das relações sociais de sexo nas mais diferentes esferas,² e na Comunidade Econômica Européia, que promoveu acordos entre os países e concretizou propostas de políticas para a igualdade de oportunidades entre ambos os sexos. Também, a crescente aceitação dos princípios de igualdade se deve, em grande parte, aos esforços das próprias mulheres que organizadas em redes internacionais e atuando através das ONG conseguiram impor a idéia de que o êxito das propostas para um desenvolvimento econômico auto-sustentável e o respeito pêlos direitos humanos depende da consideração das relações sociais de sexo (Ferreira, 2000).

Assim se expandiu, internacionalmente, o consenso de que a igualdade entre os sexos é um pré-requisito da justiça social e do efetivo desenvolvimento econômico e social de um país. Isto tem implicado na institucionalização crescente de uma perspectiva das relações sociais de sexo (ou de gênero) nas políticas públicas não só nos países europeus mas de forma generalizada. Ainda que nem sempre explicitadas, estas novas tendências indicariam uma aceitação ampla de que gênero é uma categoria transversal, que se encontra na interface das inúmeras afiliações sociais de homens e mulheres. Ou seja, não possui um contexto organiza-

² Tal mudança se consubstancia na IV Conferência da Nações Unidas sobre as mulheres (Beijing, 1995).

cional específico, e como tal, é parte integrante da construção social quotidiana nas diversas práticas que os indivíduos levam a efeito³.

Um resultado concreto da discussão anterior pode ser visto através da inclusão de indicadores de igualdades de gênero, no conjunto de um sistema de indicadores operativos sobre as condições econômicas, sociais, políticas e culturais que a ONU vem elaborando como parte de diagnósticos comparativos entre os países. Um exemplo, é o índice de desenvolvimento humano (IDH) do qual o índice de igualdade de gênero e outros fazem parte. Bastante criticados, entre outras coisas, pelo que implica em reduzir à um indicador quantitativo o nível de relações e comportamento entre as pessoas bem como pelo caráter comparativo que se trata de atribuir a estes índices. No entanto, paralelamente às críticas, se reconhece a importância política deste tipo de indicadores no contexto internacional bem como sua utilidade para a referenciar ou mesmo definir políticas sociais.

Portanto, é tomando em conta as discussões anteriores e tratando de avançar na linha de trabalho sobre família que perseguimos nos últimos anos, que proponho discutir um sistema de indicadores sobre (des)igualdades de gênero nas famílias brasileiras. Para isto, situo a importância destes indicadores e ofereço uma proposta dos mesmos, tomando como referência três eixos: 1) as permanências na discriminação de gênero e a urgência de conciliação entre a vida familiar e a do trabalho; 2) a crescente responsabilidade das famílias pela qualidade de vida de seus membros e o fato de que isto depende, sobretudo, da disponibilidade de tempo das mulheres, e 3) a incorporação da perspectiva de igualdade de gênero nas políticas sociais e a necessidade de instrumentos para análise e avaliação das (des)igualdades de gênero.

Considerando, também, que tanto as práticas como as representações individuais constituem dimensões fundamentais para entender e

³ Isto significa que os princípios liberais que, inicialmente, inspiraram as políticas de igualdade foram questionados e que o novo paradigma incorpora o princípio da desigualdade de poder entre os grupos sociais e se destina a prevenir a discriminação, promovendo a igualdade de resultados e um ambiente não discriminatório, através de uma intervenção pró-ativa (Ferreira, 2000).

explicar os processos pelos quais as mulheres continuam sendo discriminadas em vários espaços, selecionamos algumas áreas para captar os indicadores de (des)igualdades de gênero nas famílias. Estas seriam: a estrutura diferencial da divisão de trabalho de produção e reprodução na família, as formas de divisão do poder e tomadas de decisão pelos membros da família, a Sexualidade e os Comportamentos sexuais, Redes de Apoios familiares, Violência Doméstica, Representações de Casamento, Filhos e família.

II. Famílias, Qualidade de Vida e Gênero

No marco da reestruturação dos Estados Providência a família ocupa um lugar central e é apontada como uma das instancias responsáveis pela qualidade de vida dos seus membros. Assim que, muito se fala em políticas sociais destinadas a dar suporte às famílias ou mesmo políticas específicas de famílias, entretanto, pouco ou nada se diz sobre as implicações disto e menos ainda sobre seus efeitos perversos para as mulheres. Isto porque, tal como se estruturam nossas sociedades ainda hoje, o cumprimento das responsabilidades familiares se encontram relacionadas, sobretudo, com a disponibilidade de tempo das mulheres. Neste sentido haveria que considerar que, certamente, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho trouxe conseqüências importantes para a qualidade de vida das famílias, mas em particular para as próprias mulheres que passaram a ter uma sobrecarga de tarefas e responsabilidades. O esquecimento das várias jornadas das mulheres se traduz negativamente sobre a saúde destas bem como sobre seu não reconhecimento social e político e no modo como são pensadas as políticas públicas⁴.

⁴ Exemplos disto são a auto percepção e os sintomas de mal estar revelados pelos relatórios internacionais de saúde das mulheres que se repetem e permanecem. São elas quem mais freqüentam os médicos, que apresentam maior índice de doenças de foro psíquico, com mais incapacidade física prolongada e menos tempos livres, com novos estilos de vida com mais stress, consumo de álcool e cigarro (Joaquim, 2000).

As mulheres brasileiras nas últimas décadas, conquistaram espaços de tomada de decisões importantes e aumentaram sua capacidade de influenciar o rumo das políticas públicas em diversas esferas governamentais e não governamentais. Entretanto, a exemplo do que ocorreu na maioria das sociedades a presença das mulheres nos espaços de decisões públicos e privados ainda é limitada. Os ganhos parecem ter sido ainda menores no que se refere ao âmbito privado, ou seja, no que se refere às decisões individuais e familiares e que afetam seu cotidiano, enfim sua vida. Parece ser nesta área onde os preconceitos introjetados e as desigualdades de gênero, articuladas com outras desigualdades, estimulam práticas discriminatórias e limitam as mulheres na tomada de decisão. Um exemplo, são os conflitos e violência interpessoais ao interior das famílias em grande parte propiciados por diferenças hierarquizadas de gênero, cor e classe social (Suarez e Bandeira, 1999).

De fato, paralelamente ao crescimento das taxas de atividade feminina não houve maiores mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico e nem melhoria nas políticas sociais de suporte às famílias as quais aliviarão a exclusividade feminina das responsabilidades domésticas. Ilustrativo a respeito são os resultados brasileiros da Pesquisa de Padrão de Vida (PPV) realizada pelo IBGE, entre 1996-1997, nas regiões Sudeste e Nordeste, representando estas cerca de 2/3 da população total do país. Os dados revelam que para os brasileiros residentes nestas regiões o chamado trabalho produtivo e o trabalho doméstico são as atividades que mais consomem o tempo das pessoas, ou seja, 40 e 30 horas semanais respectivamente. Do total da força de trabalho ocupada no chamado trabalho produtivo 37% eram mulheres. A situação por sexo mostra que os homens gastariam 43 horas por semana no trabalho produtivo e as mulheres 36 horas. Já no trabalho doméstico são as mulheres quem gastam muito mais horas do que os homens. Elas trabalham 36 horas por semana, enquanto os homens trabalham, apenas, 14 horas⁵. Verifica-se ainda que do total da população trabalhadora 79% das mulheres e apenas 29% dos homens dedicavam tempo ao trabalho doméstico.

⁵ O valor monetário das horas trabalhadas para os homens é 32% maior do que o das mulheres (PPV)

Um dado ainda mais específico é o tempo que a força de trabalho brasileira, (homens e mulheres que trabalhavam durante o período da pesquisa) passavam nas duas atividades principais, trabalho produtivo e doméstico. Este mostra que a dupla jornada de trabalho é muito mais comum entre as mulheres e que estas gastam 61 horas pôr semana em ambas as atividades enquanto os homens gastam 46 horas. Portanto, é de 15 horas a mais a dupla jornada de trabalho feminina quando comparada com a masculina. É interessante observar que, esta situação variou de acordo com a condição racial e econômica da população. Um exemplo, enquanto as mulheres brancas trabalharam, 11 horas a mais que os homens brancos, em ambas as atividades, as mulheres não brancas (pretas e pardas) trabalharam 17 horas a mais que os homens destas mesmas categorias raciais. Também há diferenças de renda familiar na dupla jornada de trabalho pôr sexo. Entre os domicílios 20% mais pobres, as mulheres trabalhavam 17 horas mais que os homens, diferenças estas que diminuem para 11 horas quando as mulheres pertencem aos domicílios 20% mais ricos. Resultados como estes mostram a importância de considerar a conciliação da vida familiar e do trabalho bem como apontam para o fato de que o trabalho doméstico, mais do que nunca, deve ser visto, tanto em termos de seu valor social como monetário para os orçamentos familiares e o PIB do país. Valores importantes conforme os resultados observados nos países europeus que passaram a contabilizar isto recentemente.

No Brasil a legislação é bastante evoluída a respeito dos direitos e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Entretanto isto não é suficiente em matéria das práticas e representações sociais que permanecem sobre os papéis e as atribuições de homens e mulheres. Ou seja, a igualdade de oportunidades é algo mais complexo e envolve aspectos culturais, raciais e de classe social. Entendemos que as políticas de igualdade de oportunidades devem promover o bem estar social de homens e mulheres mas, certamente deverão estar atentas à situação de “cidadania fragilizada” das mulheres e a distribuição não equitativa das dotações sociais⁶.

⁶ Este conceito usado por Zincone remete a visão de que a cidadania seria uma expressão pública das relações sociais entre as instituições e os cidadãos e não um

Uma avaliação recente sobre as políticas públicas voltadas para a igualdade de direitos e equidade de gênero em diferentes áreas e com foco nas iniciativas dos poderes executivo, legislativo e judiciário no âmbito federal brasileiro aponta para os avanços e os obstáculos nos 5 anos após Beijing (vide AMB, 2000). A leitura desta avaliação sugere que estas políticas não tem tido a visibilidade desejável, ou porque não existem suficientes campanhas de informação e sensibilização ou porque, na verdade, elas são mais formais do que substantivas. Neste sentido caberia lembrar, também, que qualquer balanço crítico neste domínio se enfrenta com o problema de como medir o impacto das políticas de igualdade, controlando os efeitos das tendências de longo prazo sobre a melhoria da situação das mulheres e os efeitos específicos destas políticas.

III. Avaliando as (Des)igualdades de Gênero nas Famílias:

Ao pensar as (des)igualdades de gênero na esfera da família, uma primeira questão que sempre se coloca é como se explica a manutenção da hierarquia de gênero uma vez que houve transformações sócio econômicas tão importantes em suas bases. Ou seja, como o sistema de vantagens de homens sobre as mulheres em condições materiais, status e autoridade, isto é, na hierarquia e discriminação de gênero, tem continuado de uma forma ou de outra em um contexto de profundas mudanças estruturais e de um movimento de produção que acelerou a participação da mulher na força de trabalho extra doméstico. Não existe uma resposta simples para esta continua habilidade da hierarquia de gênero reaparecer sob novas formas mas uma possibilidade explicativa estaria na maneira como a estratificação de gênero é mediada pôr processos de intera-

conjunto de direitos iguais. Neste sentido, a especificidade da cidadania das mulheres seria uma realidade marcada pelas limitadas oportunidades e um contexto inadequado de regras e normas que estimularia a chamada cidadania fragilizada das mulheres. Ao reconhecer este tipo de cidadania para as mulheres, também se reconhece que as dotações sociais não são distribuídas de forma equitativa entre os sexos (Zincone, 1992).

ção entre as pessoas. Estes, assumidos ou tidos como dados, funcionariam como “mãos invisíveis” na reprodução da discriminação de gênero (Ridegeway, 1997).

Entre os fundamentos estruturais importantes, nos quais se apoiam a atual estrutura hierárquica de gênero, estariam: o mercado de trabalho (divisão de sexo e discriminação no emprego) e a família (com sua divisão de trabalho de sexo, maternidade e reprodução). Tal como raça ou classe social, gênero seria um sistema de múltiplos níveis de diferenças e desvantagens, que incluem arranjos sócio econômicos e retém crenças culturais à nível macro e atitudes adquiridas e identidades à nível individual. Os processos de interação contribuem para todas as formas de desigualdades mas parecem especialmente importantes em termos da desigualdades de gênero. Um exemplo primeiro, estaria no sistema de classificação pôr sexo que divide a população entre dois grupos de tamanho aproximadamente iguais e oferece as máximas possibilidades de mulheres e homens interagirem . Esta classificação pôr sexo, que corta quase todas as outras classificações de população, é um processo pelo qual os atores se classificam uns aos outros como feminino e masculino, supostamente com base em critérios físicos mas, comumente, com base na apresentação pessoal (roupas, estilo de cabelo etc..). Processo este que se demonstrou ser inteiramente construído socialmente, apesar de sua aparência de “naturalidade”.

Estudos mostram que de forma automática e inconsciente categorizamos pôr sexo qualquer outra pessoa que necessitamos relacionar-nos⁷. Isto porque as pessoas seriam quase incapazes de interagir com outra quando não sabem, ou não conseguem imaginar o sexo da outra pessoa. Entretanto, estas mesmas pessoas podem interagir com alguém sem conhecer outras dimensões de desigualdades, tais como raça, classe etc... Isto sugere o quanto a classificação pôr sexo está profundamente enraizada nas regras culturais que organizam as interações entre as pessoas

⁷ No processo de situar-se a si mesmo e os outros, as pesquisas sobre cognição demonstram que a percepção das pessoas é hierárquica. Esta tem início com classificações automáticas segundo um pequeno número de categorias e depois move-se para tipos mais detalhados, dependendo da circunstâncias.

(Ridegway, 1997). Também se observa que o sexo, como característica biológica diferencia os seres humanos e predispõe à definição de uma certa identidade do ponto de vista do gênero. Mas o gênero como uma construção social depende do tempo e do lugar, do tipo de economia e da repartição das tarefas entre homens e mulheres, das percepções e expectativas que uma sociedade tem com relação a cada gênero (Silva, 1999).

Portanto, para reduzir as desigualdades de gênero seria vital entender a natureza dos processos de discriminação de gêneros em seus múltiplos níveis e o papel da mútua interação entre os processos na manutenção das desigualdades. Um possível caminho para ajudar a clarificar como funciona esta interdependência seria buscar indicadores que demonstrem, pôr exemplo, como a discriminação de gênero no emprego se mantém, não só através dos processos de trabalho no mercado mas, também, através da interdependência destes com a divisão de trabalho ao interior da unidade doméstica. Com isto, queremos dizer que ao avaliar as desigualdades de gênero na esfera da família, não há como deixar de avaliar as desigualdades socialmente construídas em outras esferas da vida social, política e cultural das mulheres.

A falta de informações tem limitado a aplicação desta perspectiva em nossas análises e construção de indicadores sobre (des)igualdades de gênero na família. Trabalhamos, fundamentalmente, com informações sobre a realidade vivida pelas mulheres e homens nas famílias. A maioria destas se referem às expectativas normativas e ideais sobre quais as atribuições e quais as responsabilidades caberiam a homens e mulheres mas muito poucas destas informações se referem às ações, ou seja, quem realmente faz e decide no cotidiano familiar. Assim, os indicadores diretos e indiretos das desigualdades de gênero estimados tem sido limitados e apontam para a necessidade de informações mais detalhadas e com uma dimensão temporal que possibilite entender mudanças e permanências de comportamento. As fontes que mais utilizamos em nossas análise foram as pesquisas domiciliares do IBGE (PNADs e PPV) e as da BEMFAM (PNDS de 1991 e 1996) . Já em termos das representações ou expectativas de comportamento de homens e mulheres a respeito da família, temos utilizado além de algumas questões destas fontes, as pesquisas de opinião pública (Data Folha, Listen Post da Ogilvy, etc...).

Ilustrando o anterior, apresentamos resultados de análises e indicadores de desigualdades de gênero que construímos.⁸ Pôr exemplo, dados da PNDS96 para mulheres brasileiras unidas, sugerem que a renegociação nas relações de gênero continua sendo tarefa difícil, mesmo para as mulheres com salário. Estes indicam, que 51% das mulheres brasileiras em idades reprodutivas estavam trabalhando e que cerca de 23% destas tinham filhos menores de 5 anos⁹. Para cada 100 mulheres destas que trabalham e tem filhos menores de cinco anos, se encontra que 23 delas cuidam dos próprios filhos, e apenas em 4 casos o marido é quem cuida dos filhos. No caso, o grupo de parentesco é quem responde pela maior ajuda às mulheres. Ainda na mesma pesquisa se observa que embora sejam poucos os maridos que cuidam dos filhos enquanto as mulheres trabalham, estes são muitos na hora de decidir sobre o que fazer com o salário da mulher. Entre as mulheres unidas que trabalham e tem rendimentos, 63% decidem elas mesmas sobre o uso do seu salário, 30% diz decidir em conjunto com o marido e 7% diz que é o marido sozinho quem decide sobre o uso do salário dela (Goldani, 1999).

Assim que, a assimetria de gênero, desfavorável a mulher, continua sendo um dado concreto das novas possibilidades de cursos de vida para as mulheres brasileiras. Isto se reafirma nas tarefas de reprodução e criação de filhos, onde apesar de, relativamente, ocuparem cada vez menos tempo da vida adulta das mulheres, estas continuam sendo tarefas quase exclusivas delas, ao mesmo tempo que o poder de decisão continua desproporcionadamente em mãos masculinas (Goldani, 1994). A importância das relações de gênero no processo de decisão da fecundidade analisada para casais do Nordeste do Brasil em 1991 é um exemplo disto. Nossos resultados sugerem que a diminuição da fecundidade nesta

⁸ Queremos apenas, exemplificar o uso dos dados quantitativos secundários que utilizamos. Ou seja, não se trata de um inventário dos estudos a respeito. Também, não se pode esquecer os muitos estudos qualitativos que foram realizados na área de família nos últimos anos e que oferecem informações úteis sobre as práticas e representações familiares.

⁹ A maior parte destas mulheres, 62%, tem um vínculo empregatício e 38% são trabalhadoras por conta própria e apenas 5% que declararam não ter rendimento.

região poderia ter iniciado antes e que as taxas atuais poderiam ser ainda menores se as mulheres tivessem maior poder para decidir sobre sua reprodução. Isto porque construímos índices de igualitarismo e encontramos, primeiro, que os níveis de igualitarismo frente as decisões reprodutivas foram muito baixos (apenas 52% dos casais manifestaram algum tipo de igualitarismo); segundo, que para cada incremento de um ponto na escala de igualitarismo, haveria uma diminuição de mais de meio filho (-0,570) entre os casais com o mesmo número ideal de filhos e duração de união (Goldani 1994).

Os resultados anteriores apontam para a importância de contarmos com mais dados sobre as práticas familiares para estimar as desigualdades de gênero nas famílias. Muito pouco temos em termos de tópicos tais como a divisão do trabalho doméstico e usos do tempo por sexo, o processo de decisão na família e a divisão de poder e praticamente nada sobre conciliação entre trabalho e família, recursos, serviços e ajudas utilizadas pelas famílias. A falta destes são ainda mais graves se considerarmos que do ponto de vista das opiniões e representações pareceria haver uma crescente igualdade de gênero nas relações familiares no Brasil. Metodologicamente, deve-se atentar para o fato de que ao pensar indicadores de desigualdades de gênero deve-se ter presente a diversidade de arranjos familiares posto que esta não é privilégio de um tipo de família nem de um de seus estágios de desenvolvimento, mas que de fato ocorre, sobretudo pelas obrigações de cuidar, tratar, limpar e proteger, tarefas estas que estão presentes ao longo do curso de vida das pessoas (Karin Wall, 1997). Assim que, pensar indicadores de desigualdades de gênero na família nestes termos implicaria compreender as obrigações existentes para com os dependentes no contexto das redes de apoios familiares.

Portanto, entre as lacunas mais importantes com que nos temos confrontado na análise e construção de indicadores de (des)igualdades de gênero nas famílias destacamos duas. i) A falta de informações sobre as práticas familiares de homens e mulheres, fato que nos tem limitado à estimativas indiretas sobre as desigualdades na vivência das relações e obrigações familiares, e II.) O uso da família conjugal como a unidade de

referência dos poucos dados existentes, o que sugere, erroneamente, que a desigualdade de gênero na família seria construída, sobretudo, neste tipo de família e em certas etapas do ciclo de vida familiar.

IV. Uma Proposta para elaborar um sistema de indicadores de (Des)igualdades de gênero

Ao propor a elaboração de indicadores sobre (des)igualdades de gênero nossas referências são: 1) as permanências na discriminação de gênero e a urgência de conciliação entre a vida familiar e a do trabalho; 2) a crescente responsabilidade das famílias pela qualidade de vida de seus membros e o fato de que isto depende, sobretudo, da disponibilidade de tempo das mulheres, e 3) a incorporação da perspectiva de igualdade de gênero nas políticas sociais e a necessidade de instrumentos para análise e avaliação das (des)igualdades de gênero.

Entendemos para isto, que na busca de afirmação do direito à igualdade não se apaga o reconhecimento das diferenças inerentes ao gênero, mais bem estas devem ser reconhecidas e valorizadas. Ou seja, a idéia é de que a igualdade de gênero implica que se lhes confira as mulheres poder suficiente para que juntas com seus pares masculinos afirmem seus valores específicos e interesses próprios e assim contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

Enfim, nossa proposta parte da visão crítica de que a sociedade brasileira está organizada de forma desigual e se preocupa em avaliar práticas e representações diferenciadas de gênero nas famílias tendo como horizonte a mudança social. A este respeito cabe lembrar que as abordagens sobre indicadores sociais variam e que a nossa estaria na linha do paradigma normativo, onde o que se busca avaliar são aspectos importantes de discriminação de gênero que se encontram na raiz das (des)igualdades entre homens e mulheres¹⁰. Assim, o sistema de indica-

¹⁰ Entre os paradigmas que desde 1960 tem orientado a elaboração de indicadores sociais Page (1997) destaca três: o paradigma normativista onde o objeto de medida, fundamental seria o bem estar, o paradigma descritivo que e preocuparia

dores que propomos serviria para informar, em um certo momento, a situação de “saúde e bem estar” do sistema de gênero na sociedade brasileira, tanto em termos objetivos ou das práticas como subjetivos ou em termos das representações. Este sistema de indicadores seria mais que a soma de todos os indicadores porque, de fato, este toma em conta, direta ou indiretamente, as interações entre os indicadores e os efeitos que uns indicadores produzem sobre os outros (Álvaro Page, 1997). Uma etapa importante na elaboração destes indicadores diz respeito aos índices sumários de diferenciais e de (des)igualdades que serviriam para discussões acadêmicas bem como de subsídios para a formulação de políticas sociais¹¹.

Dito isto e tendo presente as lacunas nas informações estatísticas brasileiras, bem como as experiências internacionais a respeito¹² propomos algumas áreas de pesquisa de indicadores das (des)igualdades de gênero. Áreas estas que deveriam contar com informações sobre as práticas e representações das pessoas posto que estas dimensões são fundamentais para entender e explicar os processos pelos quais as mulheres continuam sendo discriminadas em vários espaços sociais. Do ponto de vista operacional não é uma tarefa simples distinguir o que é dito do que é efetivamente feito, através de métodos quantitativos. Entretanto, como salienta Inglez (1997) sempre é possível distinguir entre o discurso feito para o caso particular, daquele discurso normativo elaborado para situações gerais ou abstratas no qual se procura mais bem uma opinião do que um relato.

com a mudança no tempo e o paradigma culturalista cujo objeto de medida seria a satisfação das pessoas .

¹¹ Aqui cabe observar que, tal como nos anos 70, quando da euforia em torno a indicadores sociais, (como reação ao extremo economicismo prevalecente nos sistemas de indicadores) e que resultou em frustração pelo não uso destes, também com o movimento dos anos 90 não se deve alimentar “expectativas ingênuas” quanto ao tempo necessário para que o desenvolvimento de um sistema de indicadores seja usado na formulação de políticas.

¹² A proposta de indicadores que apresentamos tem como referências fundamentais os modelos utilizados em Portugal e Espanha. Vide a respeito, Inglez, 1997 e Álvaro Page (1994 e 1997).

Na articulação entre família e desigualdades de gênero tanto as informações à nível individual como pôr tipos de famílias deveriam ser considerados. No primeiro caso, estas quando cruzadas com os indicadores serviriam para identificar grupos e/ou segmentos de indivíduos com práticas e aspirações diferenciadas. No caso das famílias além de possibilitar um panorama das estruturas de família segundo sua forma de arranjo interno, serviriam para identificar as práticas diferenciadas com realidades familiares específicas. Entre as muitas áreas que ilustrariam o posicionamento de mulheres e homens na esfera familiar e poderiam indicar a discriminação de gênero destacamos as seguintes: a estrutura diferencial da divisão de trabalho de produção e reprodução na família, as formas de divisão do poder e tomadas de decisão pêlos membros da família, a sexualidade e os comportamentos sexuais, redes de apoios sociais e familiares, representações de casamento, filhos e família, conflitos interpessoais e violência doméstica

Mesmo considerando prioritários os indicadores sobre a conciliação entre vida familiar e trabalho bem como as modalidades da divisão doméstica do trabalho nas famílias, o conjunto dos indicadores deve ser visto de forma articulada. A proposta inclui a necessidade de obtenção de novos dados para que se possa estimar todos os indicadores da situação familiar das mulheres e dos homens. Com isto pensamos estar colaborando, também, para a inclusão de novas questões nos instrumentos de coleta de dados oficiais no futuro.

Indicadores de (Des)igualdades de Gênero na Família

Áreas	Níveis	Indicadores	Informações Necessárias
I – Produção Interna Ou “Esfera da Reprodução”	Práticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Distribuição e proporção da contribuição das tarefas domésticas dos membros das famílias ▪ Distribuição e proporção das tarefas de cuidado com os filhos e/ou outros dependentes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quem faz o quê em casa? ▪ Duração do tempo diferencial pôr sexo na realização das tarefas. ▪ Quem faz as tarefas de atendimento dos dependentes em termos de: questões escolares e médicas, higiene pessoal e apoio psicológico.
	Representações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Norma geral de atribuições de quem faz o quê em termos das tarefas domésticas e cuidados com os filhos e/ou dependentes ▪ Número ideal de filhos ▪ Apreciação sobre a “justiça distributiva” da repartição de tarefas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quem deve e tem competência para fazer as tarefas domésticas e cuidado com filhos e/ou dependentes ▪ Grau de justiça para o caso pessoal. ▪ A repartição seria justa se: a mulher fizesse todas as tarefas, a mesma carga para ambos, 1/3 para homem e 2/3 para mulher, etc.
II - Produção Externa Ou “Esfera do Trabalho Remunerado”	Práticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura diferencial dos recursos financeiros das mulheres da família ▪ Tipos de trabalho (oculto) feminino ▪ Mudanças de estado civil e/ou filhos com reorganização profissional ▪ Trajetória profissional dos membros da família 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nível salarial ou renda ▪ Número de horas de trabalho remunerado ▪ Trabalho familiar não remunerado ▪ Trabalho remunerado eventual ▪ Outras formas de trabalho precário ▪ Abandono, permanência e/ou mudança de emprego ▪ Aumento ou diminuição de horas de trabalho ▪ Situação na profissão atual/última ▪ 1º trabalho e tipo de atividade ▪ Situação profissional no momento da união
	Representações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsabilidade pela sobrevivência familiar ▪ Importância e significado atribuído pela mulher e o homem à vida profissional ▪ Percepção das dificuldades da mulher e do homem na conciliação família/trabalho ▪ Normas de reorganização profissional face à situação de estado civil e o fato de ter filhos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quem deve trabalhar para o sustento da família (homem, mulher, ambos) ▪ Independência, realização pessoal, ajuda financeira para manter a família, saída do espaço doméstico. ▪ Grau de dificuldade atribuído ao fato de se ter que conciliar a família e a profissão (avaliação pessoal) ▪ Relações entre ser solteiro, casado, divorciado ou viúvo com alterações na vida profissional de homens e mulheres. ▪ Relação entre nascimento, número e idade dos filhos com atividade profissional de homens e mulheres.

Indicadores de (Des)igualdades de Gênero na Família

Áreas	Níveis	Indicadores	Informações Necessárias
III – Redes Sociais e Apoios Familiares	Práticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trocas de serviços domésticos com familiares, amigos, vizinhos, etc. ▪ Apoio no cuidado de crianças e/ou dependentes idosos pôr parte de famílias, amigos, vizinhos, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Que tipos de ajuda são prestadas (financeiras, de trabalhos domésticos, etc.) ▪ Quem são as pessoas que ajudam (pai, mãe, sogro(a), filhos(as)) ▪ Modalidades de ajuda (guarda temporária, diária, visitas, cuidados de saúde, alojamento, serviços domésticos) ▪ Protagonistas da ajuda.
	Representações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Representações sobre a importância e o modelo ideal de família ▪ Representações sobre celibato, casamento, divórcio, viuvez ▪ Representação sobre a igualdade de Gênero ▪ Representação do Sentido da amizade e solidariedade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centralidade da família quando comparada com outras instituições ▪ Opiniões sobre a condição conjugal ▪ Opiniões sobre a obtenção da igualdade e os conteúdos para uma situação paritária (o que é mais importante: os mesmos recursos educacionais, profissionais, participação política e no trabalho doméstico, etc.)
IV – Poder de Decisão	ráticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tomada de decisão nas diferentes esferas e atividades da vida familiar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quem toma decisão sobre: filhos, educação dos filhos, compras para a casa, carro, imóveis, questões financeiras, decide sobre férias, etc.
	epresentações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Normas de distribuição das competências 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quem as mulheres e os homens consideram mais competente para tomar decisões em cada uma das atividades familiares mencionadas acima.
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ 	<ul style="list-style-type: none"> ▪

Comentários finais

A incorporação da igualdade de gênero nas políticas públicas, aprovada na Conferência de Beijing em 1995 e sua limitada implementação no caso brasileiro pôr si só justificaria a proposta de um sistema de indicadores sobre (des)igualdades de gênero nas famílias.

Para integrar de forma consistente a perspectiva de igualdade de gênero nas políticas públicas correntes deve-se atentar para o fato de que estas se dirigem a pessoas concretas, mulheres e homens, e não a entes abstratos. Assim, toda política deveria ser elaborada, implementada e

avaliada tendo em conta seus impactos sobre as situações e interesses específicos, próprios das mulheres e dos homens, e o tratamento igual para ambos sexos.

A importância de um sistema de indicadores de desigualdades de gênero parece fazer ainda mais sentido no contexto do chamado “mainstreaming”, processo técnico e político no qual o Estado, ONGs e outras agências nacionais e internacionais internalizam e incorporam a igualdade de gênero no seus processos de tomada de decisão relativamente às diversas políticas públicas (Ferreira, 2000).¹³

Assim que, um sistema de indicadores de desigualdades de gênero que integre as diversas áreas de atividade, representa um instrumento metodológico importante no processo de uma efetiva integração da igualdade de gênero nas políticas públicas tanto na fase implementação como de avaliação destas. De fato, se observa que o uso mais fácil destes indicadores parece estar no processo de avaliação destas políticas. As maiores dificuldades no uso de indicadores de (des)igualdades de gênero para orientar ações políticas não só tem que ver com as dificuldades operacionais de implementação destes mas também com as dificuldades de montagem de uma base de dados de alimentação contínua destes. Entretanto, insistimos que um bom diagnóstico do atual funcionamento do sistema de gênero, pondo em evidência a situação de igualdade/desigualdade de gênero através de indicadores quantitativos pode contribuir para correções de discriminações e sensibilizar os atores envolvidos nas diferentes políticas sobre a importância da igualdade de gênero para o sucesso destas.

Finalmente, lembramos que os indicadores sobre o que pensam e fazem as mulheres e os homens brasileiros nas suas vidas familiares e sobre as interações que se estabelecem entre esta esfera privada da fa-

¹³ O conceito de “mainstreaming” não é exclusivo do campo da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. De fato ele surge nos inícios dos anos 80 e foi utilizado para discutir questões de igualdade entre os gêneros nos programas de desenvolvimento e de cooperação. O caráter operacional deste conceito ficou claro no campo da ecologia e recentemente no caso das políticas de combate à exclusão social (vide Silva, 1999).

mília e as outras esferas de ação individual podem servir de modelo para pensar outros conjuntos de indicadores. Também porque, mesmo reconhecendo o espaço familiar como privilegiado em termos das múltiplas influências que tem sobre a vida dos indivíduos, não se pode deixar de analisar estes indicadores em interação com outras esferas da vida social destes.

Referências Bibliográficas

- Álvaro Page, Mariano. 1994. Marco General para La Creación y Puesta en Marcha de un Sistema de Indicadores sobre la Igualdad de Oportunidades de las Mujeres. In AAVV, Propuesta de un sistema de indicadores sociales de igualdad entre géneros. Instituto de La Mujer. Madrid.
- Álvaro Page, Mariano. 1997. Marco Teórico para la Creación y Puesta de un Sistema de Indicadores sobre la Igualdad entre Géneros. In Indicadores para a Igualdade: uma proposta inadiável. Cadernos Condição Feminina No. 47; pp: 151-163. CIDM, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulheres. Lisboa.
- AMB, Articulação de mulheres Brasileiras. 2000. Políticas Públicas para Mulheres no Brasil: Balanço Nacional Cinco Anos Após Beijing. (120 paginas) AMB, Brasília.
- Canço, Dina e Teresa Joaquim. 1997. "Introdução". In Indicadores para a Igualdade: uma proposta inadiável. Cadernos Condição Feminina No. 47; pp:5-9. CIDM, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulheres. Lisboa.
- Ferreira, Virgínia. 2000. "A Globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal. In Ex-Aequo. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres, número 2/3; pp: 13-42. Celta Editora. Oeiras/2000.
- Goldani, Ana Maria. 2000. Las Familias Brasileñas y sus Desafíos como Factor de Protección al Final del Siglo XX. In *Procesos Sociales, Población y Vida Doméstica: Perspectivas Teóricas y Empíricas en los Estudios de la Familia*. Coord: Maria Cristina Gomes da Conceição. Editora FLACSO, Ciudad de México.
- Goldani, Ana Maria. 1999. O Regime Demográfico Brasileiro nos Anos 90: Desigualdades, Oportunidades e Restrições Demográficas. In, *Saúde*

- Sexual e Reprodutiva no Brasil: Dilemas e Desafios*. Orgs. Loren Galvão e Juan Díaz. Capítulo 1, pp: 25-69. Editora Hucitec, Population Council. São Paulo.
- Goldani, Ana Maria. 1994. "Família, Relações de Gênero e Fecundidade no Nordeste do Brasil". In *Fecundidade, Anticoncepção e Mortalidade Infantil: Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste do Brasil*. BEMFAM, Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil e DHS, Demographic Health Survey; MACRO International Inc. Junho 1994:pp: 57-80. Rio de Janeiro
- Inglez, Sofia D'Aboim. 1997. Proposta de Indicadores para a Avaliação da Discriminação de Gênero na Família. In *Indicadores para a Igualdade: uma proposta inadiável*. Cadernos Condição Feminina No. 47; pp: 13-48. CIDM, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulheres. Lisboa.
- Joaquim, Teresa. 2000. "Saúde das Mulheres: cuidar dos outros, cuidar de si". In *Ex-Aequo*. Revista da Associação portuguesa de Estudos sobre Mulheres, número 2/3; pp:191-206. Celta Editora. Oeiras/2000.
- Ridgeway, Cecilia L. 1997. Interaction and the Conservation of Gender Inequality. *American Sociological Review*, vol. 62:2, April 1997
- Silva, Manuela. 2000. Internalizar a Igualdade de Gênero nas Políticas Públicas. In *Ex-Aequo*. Revista da Associação portuguesa de Estudos sobre Mulheres, número 2/3; pp: 43-52. Celta Editora. Oeiras/2000.
- Suárez, Miréya e Lourdes Bandeira, Org. 1999. *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Paralelo XV e Editora da Universidade de Brasília. Brasília.
- Wall, Karin. 1997. "Comentário". In *Indicadores para a Igualdade: uma proposta inadiável*. Cadernos Condição Feminina No. 47; pp: 49-53. CIDM, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulheres. Lisboa.
- Zincone, G. 1992. *De Sudditi a Citadini*. Il Mulino. Bolonha, Italia.

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Caixa Postal 6.110
13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603
Telefax 0XX (19) 3788.1589
[http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/
morewa@unicamp.br](http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/morewa@unicamp.br)